



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

KELLEN DAMASCENO SAMPAIO

“O CÉLEBRE COVIL DE DESORDEIROS”: a hospedaria Centro das Flores, moralidade e conflito em Belém na *Belle Époque* (1898-1900).

BELÉM - PA
2025

KELLEN DAMASCENO SAMPAIO

“O CÉLEBRE COVIL DE DESORDEIROS”: a hospedaria Centro das Flores, moralidade e conflito em Belém na *Belle Époque* (1898-1900).

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: José Maia Bezerra Neto

BELÉM - PA
2025

RESUMO

Este trabalho emerge como uma análise cujo foco reside em estabelecer uma relação entre a recorrência da hospedaria Centro das Flores nos jornais e a tentativa de construção de uma nova sociabilidade emergente da urbanização de Belém durante a sua *Belle Époque*, pautada na disciplinarização e moralização de seus habitantes. As narrativas construídas dentro das notícias relacionadas a essa hospedaria abrem um caminho de interpretação para os embates ocorridos na cidade que estão relacionados à modernização do estilo de vida a partir de um desejo da elite de padronizar os habitantes da urbe dentro do que se entendia como civilizado.

Os jornais são o ponto de partida dessa análise, que, conjuntamente a trabalhos de outros autores que refletem sobre a modernidade, a hierarquização de classes, a construção de discursos jornalísticos e sobre disciplinarização, busca exercer um novo ponto de vista sobre a sociedade que buscava se formar durante esse período singular da história paraense. Os resultados dessa pesquisa apontam para o uso do Centro das Flores nos periódicos como local exemplificador daquilo que se repudiava para essa nova sociedade, um conjunto de sujeitos e ações que deveriam ser rejeitados, e que, portanto, geraram estas recorrências com objetivo de difamar sua imagem e de seus frequentadores.

Palavras-chave: jornais; disciplinarização; moralidade; conflito; *belle époque*.

ABSTRACT

This research emerges from an analysis aimed at understanding the connection between the recurrence of Centro das Flores in newspapers and the development of a new sociability emerging from the development of Belém during its *Belle Époque*, based on the disciplining and moralisation of its citizens. The narratives constructed through the news related to this hostel open up a path of interpretation for the conflicts that occurred in the city, which are related to the modernisation of lifestyle based on the elite's desire to standardise the city's inhabitants within what was understood as civilised.

Newspapers are the main focus of this analysis, which, together with works that reflect on modernity, hierarchy, the construction of journalistic discourse, and disciplining, seeks to offer a new perspective on the society that was forming during this unique period in the history of Pará. The results of this research point to the use of the Centros das Flores in newspapers as an example of what was repudiated by this new society, a series of subjects and actions that should be rejected, and which therefore generated these recurring references with the aim of defaming their image and that of their regulars.

Keywords: newspapers; disciplining; morality; conflict; *belle époque*.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais | 48 |
|---|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 CAPÍTULO 1 - A imprensa como instrumento de imposição da moral e da disciplina | |
| 2.1 Teorias raciais e o Código Penal de 1890..... | 10 |
| 2.2 Propagandas e os discursos implícitos em periódicos..... | 18 |
| 2.3 Os jornais diários..... | 21 |
| 3 CAPÍTULO 2 - O Centro das Flores | |
| 3.1 Primeiras aparições..... | 31 |
| 3.2 Análise das notícias e seus possíveis objetivos..... | 35 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 56 |
| REFERÊNCIAS..... | 58 |

INTRODUÇÃO

As multiplas preocupações das auctoridades de segurança, retendo-as em pesados labores, tem-n'as distrahido da necessaria vigilancia sobre certas casas que abundam pela rua Padre Prudencio e travessa Primeiro de Março. E a tranquillidade em que vivem as inquilinas de taes casas é propicia para a expansão de seus instinctos de espectacular exhibição. Assim é que vão tomando licenciosa proporção os modos como se apresetam no interior, defronte das janellas abertas ás escancaras sobre a rua publica, de onde os transeuntes descortinam desmoralisadores recantos do vicio.¹

Situado na rua Aristides Lobos, entre Primeiro de Março e 15 de Agosto² o “Centro das Flores” teve presença recorrente nos jornais paraenses em meio a conflitos envolvendo a imoralidade, os vícios de seus frequentadores e os distúrbios causados por eles. Usarei das narrativas sobre esse local, encontradas nesses periódicos, como ponto de partida para uma análise dos conflitos ideológicos que ocorreram na cidade de Belém, na virada do século XIX para o século XX, anos esses marcados por uma busca do republicanismo pela sua aceitação e afirmação do progresso rumo à modernidade no Brasil, através de intensas mudanças urbanas e a construção de novos modos de sociabilidade em um cenário onde o passado colonial e imperial se revestia em um nova roupagem para dar continuidade às hierarquizações sociais.

A busca por encurtar distâncias com o “atraso civilizatório”, com o qual muitos acreditavam estar em comparação a países europeus, fez com que a moral se tornasse a palavra de ordem e aqueles que desviavam desse caminho se tornaram então alvos de um ciclo de vigilância e controle. Para adentrar mais afundo no que tange às discussões ao redor do Centro das Flores, faz-se necessário situar-se na temporalidade de suas aparições nos jornais belenenses, logo, abordarei sobre a chamada *Belle Époque* no Pará, possível através do crescimento de capital gerado pelo comércio da borracha a partir dos anos de 1870, que possibilitou e transformou o cenário urbano e social de Belém.

A partir do capital gerado pela exportação gomífera, os sujeitos que detinham o controle sobre seu comércio, assim como o Estado que passou a receber os impostos dessa exportação conjuntamente com a elite emergente desejavam viver com os mesmos luxos e ofertas de sociabilidade do continente dito como possuidor do auge civilizatório: o europeu. A cidade passou então por uma série de mudanças na sua estrutura material e social, em busca

¹ O Jornal. 15 de outubro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

² Primeiro de Março (atual Tv. 1º de Março) e 15 de Agosto (atual Av. Presidente Vargas). Informação presente na biblioteca virtual do IBGE.

da implementação de princípios de higiene e estética que igualasse Belém ao horizonte urbano de cidades como Paris, o que abrangeu transformar a cidade de um cenário majoritariamente rural para urbano, a partir de reformas que iam desde ampliação das vias e calçamento à uniformização das residências, do saneamento básico e distribuição de água, até o modo de se vestir e se portar, Belém passou por determinações em leis que regeriam o novo modo de vida que se buscava para a cidade e seus residentes.

Grande destaque nesta história, o intendente Antônio Lemos é recorrentemente citado como nome fundamental por detrás da urbanização da cidade, a partir do início da sua intendência no ano de 1897. Foi ele quem implantou grande parte dos projetos de transição para um cenário urbano aos moldes parisienses a partir dos decretos municipais, reorganizando a imagem de Belém para uma capital de ruas largas, arborizadas, com prédios para seus órgãos públicos e residências padronizadas arquitetonicamente. O intendente agia através das *Leis e Resoluções Municipaes*, que em 1899³, por exemplo, continha a lei de n.º 229 de 13 de Junho de 1899, a qual “Auctorisa o Intendente a realizar varios serviços nesta capital”, com pontos como: instalação de poços artesianos em locais mais **apropriados**, escolha de área **apropriada** para a fundação de mais um cemitério, aquisição de área destinada a instalação de novo forno crematório “tendo para este fim em vista o que de mais adiantado ha na Europa” e alargamento da travessa Campo Salles “fazendo para isso as precisas **desapropriações**”.

Sempre utilizando-se dos princípios considerados “apropriados”, conceito vagamente utilizado, tinha-se então o direito de desapropriar quaisquer obstáculos de seu implemento. O Intendente se preocupava com a imagem das ruas como locais de vitrine desse novo estilo de vida, como é analisado por Maria de Nazaré Sarges ao observar dentro do recorte temporal da *Belle Époque* como a rua se torna um local de exibição⁴, onde a linha entre o pessoal e o público se torna quase imperceptível aos olhos de autoridades e de determinados cidadãos. Lemos não buscava agir somente sobre a paisagem de Belém, mas também a vida privada de seus moradores para que estes estivessem em sintonia com a imagem que se almejava passar.

“Ao mesmo tempo em que o urbanismo de Lemos foi uma técnica de organização do espaço, ele também foi uma estratégia política” (Dias, 1999, p. 11), pois para alcançar esse estilo de vida europeu, ditado através dos códigos, as famílias e sujeitos que não podiam arcar com as “demandas estabelecidas pelas reformas urbanas deveriam se deslocar do centro da

³ Disponível no acervo digital de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁴ DE NAZARÉ SARGES, Maria. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. P. 13. Paka-Tatu, 2002.

cidade em direção a áreas periféricas, para que não “atrapalhasse” a estética das vias destinadas à maior circulação de pessoas e veículos” (Gonçalves, 2022, p. 11). Esse movimento reforçou um sistema de acusações e a criação de estigmas que teve como finalidade criar fronteiras simbólicas entre as camadas populares e as classes médias e altas (Amador, 2022), desqualificando e afastando dos ambientes centrais a participação das classes baixas.

Tendo suas residências, que ocupavam espaço nas áreas centrais dessas reformas, derrubadas e expulsos de seus locais em prol da urbanização, para abertura de grandes vias e padronização das residências, essa população desprivilegiada vai viver nas baixadas que se formam ao redor da urbe ou então em alugueis de quartos de locais como cortiços, lugares esses que não recebiam atenção do Estado, que se ocupava com o embelezamento do centro urbano da cidade, causando a partir destas ações uma discriminação não só social como espacial das classes sociais (Sarges, 2002) em Belém do Pará, renegando para além do espaço físico, o pertencimento desses sujeitos a essa nova sociedade, situação que foi somando-se aos discursos higienistas e criminais que passaram a culpabilizar esses sujeitos pelos males sociais.

Umarizal, Nazaré e Batista Campos foram ocupados por famílias que podiam adquirir lotes a preços mais baixos e construir habitações mais amplas e confortáveis, dentro dos padrões requisitados em lei, não tão distantes do centro comercial da cidade e em local mais ventilado, longe do abafamento das ruas do bairro comercial (Coimbra, 2013, p. 17)

Enquanto bairros como a Cremação, que como o nome alude, possuía a usina crematória para lixos e animais mortos, passou a ser ocupada pelos sujeitos deslocados. Como continuidade de uma sociedade fundada na segregação e em princípios de superioridade de uma raça ou classe acima das outras, surgem em Belém novas dinâmicas sociais, contraditórias em seu cotidiano, impulsionadas por esses tratamentos grupais que se por um lado buscaram civilizar e desenvolver a cidade aos olhos externos, expulsou e marginalizou parte dela no processo.

No capítulo 1 têm-se a construção base de referência de processos de urbanização e construção dessa nova sociabilidade, regulada pelos discursos de modernização e busca de elementos do cotidiano que pudessem atestar a superioridade de um grupo elitizado em relação a grupos mais marginalizados para que no capítulo 2 as notícias sobre o Centro das Flores sejam analisadas através do reconhecimento de inserção desses discursos e os potenciais resultados que se almejavam a partir dos ataques feitos nessas publicações.

CAPÍTULO 1

A imprensa como instrumento de imposição da moral e da disciplina

2.1 - Teorias raciais e o Código Penal de 1890

Para adentrar nas análises acerca dos discursos propagados nos jornais de Belém no período que me proponho a analisar, na virada do século XIX para o século XX, acho necessário contextualizar uma discussão iniciada em meados do século XVIII e XIX para destacar um segmento teórico que conversa com as modificações políticas e judiciais que ocorrem no Brasil após 1890. A proximidade com o final do século XIX foi, no Brasil, um momento em que a difusão das teorias científicas envolvendo discussões higienistas e raciais advindas do continente europeu ocorreu de forma mais abrangente e atingiu tanto a esfera política como a social. Tornar-se uma República movimentou política e ideologicamente os Estados e camadas sociais altas em direção aos instrumentos necessários para modernizar um país em “atraso”, “seriam esses “Homens Novos”, vindos à tona com a nova situação, que iriam dar o tom geral à ordem que se criava, marcando o novo sistema de governo com o timbre definitivo do arrivismo sôfrego e incontido” (Sevcenko, 1999, p. 26). Objetivava-se tudo aquilo que condizia com o modelo de governo dos países modernos e se repudiavam os comportamentos que remetiam à condições de atraso civilizatório. “O novo regime se propunha libertário, branco, fraternal, igualitário e, portanto, civilizado como a Europa, colocando-se contra a nacionalidade espontânea, mestiça e bárbara da população do Antigo Regime” (Costa; Oliveira, 2008, p. 111).

Influenciados pelas discussões que envolviam temas de higienização e saneamento, grandes mudanças estruturais e sociais se iniciaram a partir da reestruturação do cenário urbano, envolvendo a reorganização e o alargamento das vias através da demolição de habitações, a instalação do saneamento básico a partir das novas residências e a construção de prédios para órgãos do Estado, assim como outras intervenções que visavam o embelezamento da cidade e novos dispositivos para a sociabilidade que estivessem de acordo com uma sociedade que caminhava rumo ao progresso. “E acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia européia” (Sevcenko, 1999, p. 29). Para alcançar esse objetivo, “a estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação da cidade consistiu, então, em separar os corpos, designando a cada um deles um lugar específico” (Rago, 1985, p. 165). Essas escolhas seriam feitas a partir de uma base de interpretações teóricas que buscavam atestar a superioridade de um segmento social em detrimento de outros.

Acompanhadas dessas transformações do panorama da cidade, uma explosão de cientificidade que chega ao Brasil elege nas teorias raciais um amparo na busca para compreender os problemas sociais que estariam impactando negativamente o progresso brasileiro. “As teorias racistas se ligaram aos interesses dos grupos letrados de se diferenciarem da massa popular, cujas formas de cultura e religião eram depreciadas como atávicas, atrasadas ou degeneradas” (Ventura, 1991, p. 58). Por carregarem um conteúdo evolucionista, essas teorias são recebidas e difundidas positivamente dentro desse ciclo elitizado, afinal de contas, através da construção desses argumentos, seus pressupostos traziam alívio ao crer na “inevitabilidade do progresso e da civilização” (Schwarcz, 1993, p. 46).

Lília Schwarcz (1993) faz um balanço dessas teorias raciais em sua obra “O espetáculo das raças”⁵, expondo as suposições envolvendo a percepção da existência de diferentes raças e seus possíveis níveis de diferenciação que surgiram a partir do contato europeu com outros continentes, principalmente o Americano, que observaram a distinção da cultura e do modo como esses povos viviam, em comparação com o continente europeu, como uma possível diferenciação da estrutura humana. Rousseau, como um dos exemplos que a autora oferece, possuía uma visão mais humanista quanto às diferenças raciais observadas, levando a assimetria entre os modos de vida para um lado singular e inerente ao homem em sua capacidade de aperfeiçoar-se. “O “bom selvagem” de Rousseau encontrava-se em um cenário menos hostil do que aqueles que conviviam na atual vida civil” (Schwarcz, 1993, p. 59), o que poderia ser lido como um estado onde haveria menos conflitos e uma vida mais tranquila em comparação com a civilização moderna.

Porém, outras teorias de visão menos positivas quanto as dissemelhanças ganharam palco, substituídas pela imagem da imaturidade selvagem e inferioridade racial dos povos americanos e africanos, que estariam vivendo em sociedades atrasadas tanto de forma ideológica como política e social.

O homem selvagem e a natureza americana são percebidos de forma ambivalente pelo discurso europeu, que oscila entre a imagem positiva da felicidade natural e inocente dos habitantes de clima fértil, e a condenação dos seus costumes bárbaros (Ventura, 1991, p. 22).

Schwarcz cita dois desses teóricos que ganharam destaque por seus trabalhos que atestavam essa inferioridade americana, Buffon e De Pauw, e afirma que foi a partir deles que,

⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. 1993.

“apesar da unidade do gênero humano permanecer como postulado, um agudo senso de hierarquia aparecia como novidade” (Schwarcz, 1993, p. 61). Baseados nesse movimento de classificação hierárquica iniciado por esses teóricos, têm-se então outros estudos que passam a aprofundar o assunto com intuito de comprovar cientificamente a inferioridade racial de outras sociedades em relação ao modelo padrão branco europeu⁶. “O debate entre unitaristas e poligenistas foi uma das principais questões antropológicas do século passado (séc. XIX), em que o conceito de degeneração de Buffon deu origem a concepções conflitantes” (Ventura, 1991, p. 57)

Mas por que discutir sobre essas teorias neste trabalho? O que acontece posteriormente a esse movimento e a forma como se difunde aqui no território brasileiro se interliga com a história penal do Brasil em 1890 a partir da instalação do novo Código Penal. Em meio às diversas teorias raciais que surgem desde o século XVIII, o impacto da publicação de Charles Darwin e da popularização do seu discurso envolvendo a “seleção natural” em sua obra “A origem das espécies” (1859), fez com que o assunto saísse da bolha dos teóricos que vinham disputando quais pressupostos de diferenciação racial eram os mais corretos, passando a ser trabalhado por outras áreas, atingindo as discussões quanto ao comportamento humano ditado pelo meio e por predisposição biológica, adentrando, então, no campo da antropologia, e mais especificamente da antropologia criminal e seus estudos que analisaram a estrutura do corpo humano em busca dos sinais físicos que atestariam para uma predisposição ao comportamento desviante e criminoso. “A formação da antropologia esteve ligada à expansão colonial europeia e à difusão de uma ideologia civilizatória, cujo discurso ordenou os povos e raças, atribuindo-lhes um lugar e um papel na história humana” (Ventura, 1991, p. 23).

Embasado em características fenotípicas, como a cor da pele, tipo de cabelo, conformação facial e do crânio, essa nova linha de estudo ficou conhecida como darwinismo social e buscava atestar a inferioridade física e mental de outras raças em comparação a raça considerada a mais evoluída: o homem branco europeu. “Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge e vários outros darwinistas sociais eram então muito cotados no Brasil, devido às suas teorias sobre a inferioridade negra, a degeneração mulata e a decadência tropical” (Schwarcz, 2020, p. 26). Podemos reconhecer seu uso como argumentação quando o Código Penal brasileiro de 1890 passou a sofrer duras críticas por parte de setores das elites

⁶ Vale ressaltar que a partir do surgimento de estudos sobre genética e dos resultados que demonstram uma diferença ínfima entre um indivíduo e outro, conclui-se que do ponto de vista biológico não existe categorização de raça para os seres humanos. Tem-se a substituição dessa discussão pelo conceito de etnia, vinculado ao âmbito cultural (DE SOUZA, 2020).

republicanas, “que já assimilavam os novos discursos criminológicos” (Alvarez; Salla; Souza, 2003, p. 3) que tinham como base, dentre outras, a teoria evolucionista de Darwin, e não concordavam com o atual sistema penal vigente. O novo código instituiu a “generalidade e a imparcialidade dos critérios penais” (Souza, 1992, p. 232 *apud* Alvarez; Salla; Souza, 2003, p. 8), porém os adeptos das teorias criminológicas de Cesare Lombroso, “um criminalista italiano que associava o aspecto físico ao comportamento e a tendências para a atividade criminosa” (Matos, 2024, p. 4), contestavam a liberdade de exercício livre como direito de todos os cidadãos.

Essas concepções, genericamente conhecidas como “positivistas” seriam instrumentalizadas no Brasil por essas elites interessadas em implantar e justificar mecanismos de repressão e do controle ao crime e de cerceamento dos indivíduos à participação política (Alvarez; Salla; Souza, 2003, p. 3)

Grande nome nesse período, Nina Rodrigues, considerado fundador da antropologia científica no Brasil “aliando a antropologia criminal [...] com a pesquisa médico-legal, entendia a sociedade como um corpo que podia ser conhecido” (Schwarcz, 2020, p. 27) e argumentava a impossibilidade do julgamento igualitário para todos os cidadãos baseado em teorias e estudos pseudocientíficos que atestavam predisposição biológica ao crime e ao comportamento desviante de fenótipos que em sua maioria abarcavam negros e mestiços, e que portanto se estavam predispostos a comportamentos criminosos não poderiam ter os mesmos direitos e serem julgados da mesma forma daqueles que não teriam essa predisposição em si.

Como cada raça se encontra em estados evolutivos distintos, propõe que a legislação penal brasileira seja dividida em códigos distintos, adaptados às condições raciais e climáticas de cada uma das regiões do país, abandonando a unidade legal defendida pelo direito clássico. (Ventura, 1991, p. 53).

Por mais que o acesso ao estudo e ao reconhecimento dessas teorias se fizesse por uma porcentagem pequena da população se comparado ao total, a sua instrumentalização para uso social se difundiu consideravelmente. Essas teorias defendiam que os “indivíduos de alguns continentes estavam atrasados em seu processo de progresso, de modo que caberia ao homem europeu branco, civilizado, auxiliar na agilização de evolução” (Souza, 2020, p. 5). Portanto, as elites e os políticos em todo o território brasileiro objetivaram um modelo de sociedade para alcançar esses ideais europeus de padrão do comportamento e pensamento, para conseguir enfim sair de seu status de atraso principalmente no âmbito sociocultural. “Os sistemas de pensamento europeus foram integrados de forma crítica e seletiva, segundo os

interesses políticos e culturais das camadas letradas, preocupadas em articular os ideários estrangeiros à realidade local” (Ventura, 1991, p. 60).

Esses interesses se manifestaram a partir da modificação das estruturas econômicas e políticas e de mudanças de grande magnitude para expansão da vida social para um cenário urbano, assim como um movimento nacional de repressão e denúncia de comportamentos considerados desviantes, que ameaçavam a moralidade que buscava-se impor e causava um impasse a padronização do comportamento civilizado que rumava ao progresso.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasceu uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (Foucault, 1987, p. 119).

Todo esse movimento se expande na cidade de Belém, instituindo-se em leis e expostos nos periódicos:

De acordo com os estudos de Henriques (1997, p. 58), no início do século XX, moralizar significava sanear, redefinir valores e modelos de comportamento, ideia que se ajustava aos propósitos da República de modelar um tipo de cidadania adequado às exigências da nova ordem econômica (Costa; Oliveira, 2008, p. 126).

A Lei nº 187 de 17 de Março de 1898, codificada na administração municipal de Antônio Lemos, autorizava um acordo com o Governo do Estado sobre um plano para o embelezamento e saneamento da Capital paraense: a comissão escolhida deveria apresentar um plano contendo o projeto de alargamento, nivelamento e alinhamento das ruas, travessas e praças da cidade, assim como um plano para futuras edificações públicas e particulares que “obedeça a higiene e embelezamento da cidade e das construções”⁷. Objetivava-se uma cidade aos moldes europeus, mas não bastava o embelezamento do cenário urbano, também seus atores, ou seja, os habitantes dessa cidade, precisavam estar de acordo com o plano ideal de padronização. Mas quem estaria agindo conforme o que seria considerado “certo”? E como distinguir e definir quem estava na direção “contrária” desse movimento?

Podemos incitar essa discussão através da análise que fez Gilberto Velho ao dizer que: “a ideia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento “médio” ou “ideal”, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social” (Velho, 1985, p. 17). O que as elites fizeram nesse momento de transição pelo

⁷ “Leis e resoluções municipais (1898): codificadas na administração municipal do senador Antonio José de Lemos”. Disponível no site da Fundação Cultural do Pará. Sessão de Obras Raras.

qual o Brasil passava foi tomar as rédeas, a partir da sua posição social, e ditar quais seriam os comportamentos considerados ideais para, a partir disso, classificar quais seriam os comportamentos desviantes e, através desse discurso, poder então discriminar os sujeitos a partir de suas ações, suas características e a vivência dentro do ambiente urbano que não estivessem de acordo com as suas convicções. “Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura” (Sevcenko, 1999, p. 29). Nesse momento de grandes mudanças urbanísticas e sociais, essas imposições se fundiram com o discurso da moralidade, que “agora se encontra implicada com os regimes de signos de seus agentes e pacientes, seus usuários e partidários” (Galeffi, 2016, p. 276).

Anteriormente, citei que para o Código Penal de 1890 não havia distinção racial perante a lei, isto foi um fato durante toda a sua implementação, mesmo sob as constantes críticas feitas sobre essas e outras questões legais que compunham o código. Porém, estavam previstas punições para certos tipos de desordem, relacionadas aos “vadios, ébrios, mendigos e (a prática da) capoeira” (Alvarez; Salla; Souza, 2003, p. 5). Os distúrbios de vadiagem, entretanto, possuíam uma identificação indefinida, que, como observa Boris Fausto dentro do cenário de São Paulo: “trata-se, no caso, de um claro exemplo de criminalização de um comportamento com o propósito de reprimir uma camada social específica, discriminada pela cor” (Fausto, 1984, p. 35). A criminalização racial não estava prevista em lei, porém a imprecisão dos limites de distúrbios como a vadiagem deixava vácuos que foram preenchidos pela discriminação de práticas sociais tanto de pessoas racializadas quanto das classes baixas, que dentro desse cenário de modernização foram expulsas dos centros urbanos por não terem condições de arcar financeiramente com as mudanças estruturais de seus lares para o embelezamento da cidade, sendo obrigados a orbitar as baixadas que se formavam, onde o saneamento básico não chegava, ou então tendo que habitar em cortiços em situações de precariedade.

Embora não tenha vingado sua proposta de restrição dos direitos civis e políticos da população brasileira - exceção feita aos indígenas, mantidos sob tutela estatal -, a elite política da Primeira República reafirmou a exclusão política de fato, pelo controle e manipulação de um sistema eleitoral de bases supostamente representativas. (Ventura, 1991, p. 54).

“O mundo do direito não equivale, pois, ao mundo dos fatos sociais” (Lima, 1991, p. 24). E isso fica claro quando se observa o tratamento desses sujeitos dentro desse movimento de urbanização, que apesar de estarem todos abarcados por uma lei de igualdade, não alcançaram aquilo que prometia-se no discursos quanto ao luxo de viver na *Belle Époque*, onde paralelamente “a pobreza passou a significar sujeira, doença, degradação, imoralidade e

subversão” (Amador, 2022, p. 85). Isso não impossibilitava estes sujeitos de buscarem seus meios de não apenas sobreviver, mas também de terem seus momentos de lazer e sociabilidade dentro da cidade, mas suas vivências cada vez mais eram julgadas, reprimidas ou denunciadas por setores que se consideravam superiores. A igualdade perante a lei poderia ser um direito, porém a criminalização de práticas sociais através de um discurso legal completamente vago e inconcreto tinha um foco constante nessas camadas sociais baixas quando se tratava tanto da conduta das classes altas de realizar denúncias quanto da ação policial no ambiente urbano. Essas ações, que tinham como objetivo disciplinar essa população de classe baixa, traziam consigo uma maneira específica de punir, e que era apenas um modelo reduzido do tribunal. “O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios” (Foucault, 1987, p. 149). Esses sujeitos, ao transitarem pela cidade, estavam sob os olhos constantes da disciplinarização.

O período de modernização, da entrada de Belém na sua *Belle Époque* através do lucros da exportação gomífera, foi marcado por uma vigilância dos comportamentos, a rejeição da ociosidade e a aversão à vadiagem. Para os sujeitos em posições e classes altas, era necessário aplicar o exercício da disciplina sob a população, que, como explora Michel Foucault, “supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver indicam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (Foucault, 1987, p. 143). Dentro desse contexto de agentes que se colocavam como detentores de um entendimento dos malefícios que atingiam a cidade e de como resolvê-los, temos exemplares de como se construía esses discursos, por exemplo, através de relatórios feitos por prestadores do Estado, que nos permitem analisar, através da escrita de quem busca coibir, como eles vêem e entendem sua agência na cidade. “Os relatórios constroem uma cidade e uma população ideais [...] a cidade é o campo privilegiado de demonstração da racionalidade e coerência das proposições políticas e práticas da classe dominante” (Pereira, 2000, p. 38).

Na introdução do relatório produzido em 1899 pelo chefe da segurança pública Santos E. Pessoa de Vasconcellos, temos o seguinte relato quanto o policiamento da cidade:

Cada dia crescem as dificuldades do regular policiamento da cidade de Belem. A população augmenta quasi que diariamente em uma proporção admiravel. [...]. Nacionaes e estrangeiros dirigem-se á Amazonia em demanda de suas incalculaveis riquezas naturaes. De promiscuidade com aquelles que nos vêm trazer o concurso de sua actividade productora, cooperando para o engrandecimento material e moral

da nossa terra, **nos chegam outros, suspeitos ou não, mas, que em pouco tempo começam a operar de modo a pôr em constante risco a segurança pública.**

[...] Ordinariamente clama a imprensa contra as autoridades de segurança, levando muitas vezes á conta de ineptia ou má vontade d'ellas o insucesso de algumas diligencias, quando o defeito está justamente na organização do serviço.

Urge, pois, que ao menos a policia da capital seja organizada de modo a conjurar **o perigo que nos ameaça.** que nenhum é maior do que a falta de solidas garantias de vida e de propriedade.⁸

Dentre os elementos que podemos observar na construção desse discurso, temos que a “repressão dos fiscais da intendência atingia tanto os migrantes nacionais como os estrangeiros, visto que todos pela visão de muitas dessas autoridades representavam a desordem e o obstáculo ao processo modernizador” (Lacerda; Sarges, 2009, p. 167). Partindo do pressuposto de que o aumento populacional foi se tornando um perigo à medida que as formas antigas de funcionamento do órgão policial já não estavam mais conseguindo suprir as necessidades as quais eram incluídas as instituições, o chefe de segurança utiliza o argumento de que simultaneamente com a chegada desses imigrantes houve o aumento da ameaça de ação criminosa, que punha em risco a segurança pública. A falta de organização do serviço, exposta pela imprensa e comentada pelo chefe de segurança, ameaçava a garantia de vida e propriedade dos habitantes de Belém. Utilizando-se desses argumentos, o chefe de segurança pública inicia seu relatório para a partir de então realizar diversos pedidos para complementação do serviço policial, incluindo uma chamada de atenção para o fato de que dentro dos serviços ofertados pela polícia “Não possuímos ainda um serviço anthropometrico destinado á verificação exacta e infallível da identidade pessoal dos criminosos”.

Aquelas mesmas teorias e experimentos que faziam parte de estudos envolvendo a antropologia criminal e as característica físicas inerentes de um possível criminoso que eram discutidas e experimentadas no continente europeu já haviam chegado a Belém, e vemos dentro desse relatório de 1899 que o chefe de segurança pública buscava utilizar esses princípios para identificação de sujeitos dentro da cidade de Belém, que se encontrava em “atraso” com as formas mais modernas de realizar a segurança pública da capital.

Em um momento tão delicado onde a cidade recebia cada vez mais contingentes de pessoas que, aos olhos dessas autoridades, poderiam tanto se tornar uma ameaça criminosa quanto disseminar um comportamento imoral ao transitar e socializar na cidade, o chefe de segurança almejava os instrumentos necessários para identificar esses sujeitos antes que

⁸ Relatório “1899” Segurança Pública. Por Santos E. Pessoa de Vasconcellos, chefe da segurança pública. Disponível no site da Fundação Cultural do Pará. Sessão de Obras Raras.

pudessem exercer sua desviância, cujo maior perigo era atentar contra “as sólidas garantias de vida e da propriedade”. “O espaço público que se confunde com o espaço social se transforma na paisagem que deve ser rigorosamente policiada pelos fiscais detentores de poder de força para a implementação da modernidade civilizatória” (Lacerda; Sarges, 2009. p. 166).

Um detalhe interessante que nos importa dentro dessa introdução feita por Santos Vasconcellos é a citação à imprensa, que estaria expondo a ineficiência do serviço policial. “Apesar de incipiente, a imprensa no Brasil, naquela época, era o único veículo eficiente de comunicação de massa, cumprindo nesse período um importante papel” (Schwarcz, 2020, p. 65). Os jornais eram de fato um meio de exposição de falhas do governo e das instituições, mas também de disciplinarização dos habitantes, por vezes mesclando ambos os fatos como uma forma de educar através do exemplo negativo, daquilo que estava sendo falho. Como venho analisando até então, a construção dessa noção de que os habitantes haviam de ser disciplinados para que houvesse a ascensão da cidade de Belém através do progresso foi sendo construída em cima de discussões de superioridade *versus* inferioridade, de características inerentes e formas de comportamento que alertavam para uma possível ação criminosa ou desviante. E uma das formas mais nítidas de observar essa construção de acusações, disciplinarização e denúncia de comportamentos desviantes é através dos periódicos.

2.2 - Propagandas e discursos implícitos em periódicos

Um dos meios utilizados para esse exercício da disciplina e para uma expansão do comportamento exemplar foram as publicações impressas e distribuídas na cidade de Belém, que tinham o intuito de divulgar o progresso e atentar a população para a aversão a comportamentos considerados não ideais. Como observou Nicolau Sevcenko (2020), o jornal, juntamente com a ciência, dividira nesse momento as convicções da época, transformando-se numa “grande fábrica de novidades, que promovia escândalos, mesmo que fosse preciso criá-los” (Schwarcz, 2020, p. 74). Os fatos eram trabalhados para servirem não somente ao propósito da informação, mas também da educação e padronização do pensamento que se refletiria no comportamento.

Jornais, boletins e revistas foram impressões que circulavam nos espaços urbanos tendo diversos objetivos, sendo um deles, por exemplo, a expressão de descontentamentos e indagações quanto às reformas e acontecimentos dentro da cidade de Belém, assim como utilizado por seus idealizadores como divulgadores da moral e dos bons modos que deveriam ser seguidos pela sociedade, para que não só a imagem da cidade como também seus

moradores agissem de forma padronizada, dentro daquilo considerado como civilizado e favorável ao progresso. Vale ressaltar, como elucida Letícia Souto Pantoja (2003), que por imprensa, “nos referimos a um grupo numericamente restrito de pessoas, portadoras de uma educação letrada, encarregadas da produção do discurso jornalístico da cidade, no final do século XIX e primeira década do século XX” (Pantoja, 2003, p. 1). Estamos portanto diante de uma escrita produzida por pessoas pertencentes a um segmento social bem restrito e distinto dos demais habitantes da cidade, assim como majoritariamente composto por homens, impondo uma distância com a realidade vivida pelas pessoas de classe baixa e pouco preocupado com a agência feminina para além do que é exposto ou denunciado.

Nesse sentido, então, os jornais são aqui entendidos, primeiramente, enquanto “produto social”, isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas (Schwarcz, 2020, p. 18)

O jornalista Paulo Roberto Ferreira (2005) afirma que a base econômica da região de Belém, devido ao crescimento do mercado gomífero, criou condições para o desenvolvimento da imprensa, marcando “um período de transição entre a imprensa episódica, quixotesca, aventureira e heróica para uma postura mais empresarial” (Sendas; Seixas, 2012, p. 35). Os jornais da época, assim como atualmente, passaram a ser um espaço onde se discutia e expunha os acontecimentos nacionais, internacionais, onde havia propaganda de diversos serviços, avisos e notícias relacionadas a vida social, dentre elas os crimes e contravenções ocorridos na cidade e nos demais municípios vizinhos. Dentro desse período da *Belle Époque*, muito marcado por uma preocupação com a doutrinação do trabalho em todos os sentidos da vida pública, sendo ele tanto visual quanto comportamental, os jornais foram um canal para a difusão desse doutrinamento dos habitantes de Belém e demais municípios através da exposição de exemplos positivos e negativos, como foi feito dentro dos boletins policiais desses jornais, que irei tratar mais adiante.

Periódicos como revistas com poucas edições lançadas ou salvaguardadas, circulavam como meio de divulgação de ideologias e instituições que inauguraram na cidade de Belém neste período de grandes transformações. A partir dessas publicações, podemos observar esse meio de comunicação impresso como grande propagandista do avanço urbanístico pelo qual passava a cidade, comparando a conjuntura belenense com de outras do Brasil, certificando-se de colocá-la como estando acima e mais adiantadas na corrida pelo progresso. Em 01 de setembro de 1898, por exemplo, o periódico “O anjo do lar” foi publicado para auxiliar na divulgação do “Asylo Protector da Infancia”, uma rede internacional de creches, inaugurado

em Belém em 15 de agosto do mesmo ano. A creche é descrita em seu periódico como "brilhante conquista paraense" e que "mais uma vez a bella capital do Pará tomou avanço sobre todas as suas irmãs do Brazil!"⁹. A propaganda, além de destacar que a creche fazia parte de uma rede internacional, e por isso recebia uma importância a mais, aproveita da notícia para exaltar essa conquista da cidade de Belém se comparada às outras cidades do Brasil, almejando o sentimento de orgulho o qual os cidadãos deveriam ter para com o progresso da cidade na qual viviam.

Esses meios de propaganda não só buscavam demonstrar o avanço dos dispositivos de urbanização de Belém em relação a outras capitais do país, como também alinharam suas divulgações com discursos baseados em pressupostos de "salvação" da população local por meio desse progresso. Em 01 de agosto de 1899, "O apologista christão" divulgava em seu periódico o projeto da "Eschola de Medicina, de enfermeiras e de parteiras" que estava para ser inaugurado em Belém, e expunha o seguinte dentro de seu texto:

E há tantas moças cuja vida vai se perdendo sem utilidade alguma, gastando-se o tempo na ociosidade, na tagarellice, nos divertimentos e na debilidade physica e intellectual, quando a sua vida poderia ser de uma verdadeira benção celestial¹⁰.

Podemos observar que o periódico não foi publicado somente com a intenção de divulgar a chegada da escola, mas aproveitava-se a oportunidade para discursar a comparação da falta de trabalho a "não salvação" da alma, colocando a ociosidade como perdição, insinuando que a falta de ser útil para a sociedade, por meio do estudo e do trabalho, era gastar a vida e perder bênçãos. "É proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens, o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo — erro moral e desonestidade econômica" (Foucault, 1987, p. 131). Viver na ociosidade, na tagarellice e nos divertimentos era estar contra o movimento de progresso, pois estes comportamentos não expressavam uma vontade de retorno econômico à sociedade.

Esse mesmo periódico, que se auto intitulava ser um "Jornal noticioso mensal para famílias, dedicado a propaganda da verdade evangélica e da boa moral", em 01 de abril do mesmo ano de 1899, publicava uma matéria intitulada "Morreram de ignorância" onde o jornal denunciava o comportamento de pessoas pobres que, ao não dar a devida atenção às matérias publicadas por ele, onde há "artigos das melhores authoridades medicas sobre a physiologia, hygiene e tratamento da saude, mas nem querem ler para saber", faleceram pela

⁹ Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

¹⁰ Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

decisão de procurar a ajuda “errada” para o tratamento de enfermidades. A matéria possui teor de reclamação e acusação, através do fato da população mais pobre preferir procurar o serviço de curandeiras ao invés de profissionais da “saúde moderna” quando precisavam de auxílio, e o periódico expunha que por essa escolha por um método não cientificamente comprovado, essas pessoas acabavam por sucumbir às doenças.

A publicação não só colocava a culpa sobre essas pessoas de morrerem por “escolha própria”, por não se atualizarem sobre questões de higiene que eram divulgadas pelo periódico, como também desprezava a prática das curandeiras, as quais não estavam a par da medicina moderna e que portanto deveria ser uma técnica descartada. Uma acusação baseada no desprezo por pessoas que, doentes, procuravam o auxílio daquilo que lhe era familiar e acessível, e ainda ironizando com a sugestão que essas pessoas não estavam a par dos métodos que os salvariam por uma escolha de não ler sobre esse assunto através desse periódico. Um discurso amparado em princípios de pessoas que não entendiam ou procuravam saber da realidade dessas pessoas, baseado numa visão e em uma fala elitista, que não estava de fato preocupado com a saúde da população, e sim queria se utilizar da morte dessas pessoas como mais uma forma de divulgar e instalar seus ideais, ditando o que seria o correto.

Esses periódicos são alguns exemplos de como a mídia, nesse caso os jornais impressos, estavam intrinsecamente ligados às tentativas de disciplinar a população, impondo escolhas, supervalorizando o trabalho e criando imagens degradantes de quem estivesse indo contra esses princípios de padronização, seja condenando a ociosidade ou o seguimento de rituais considerados fora da caminhada rumo a civilização, fomentando que essas escolhas de permanecer no desvio poderia ser a causa de diversos males que essa população poderia vir a sofrer, desde a morte em si ou a perdição da alma, utilizando suas publicações não só para divulgar como também alertar e educar através dos exemplos oferecidos e discutidos através deles.

2.3 - Os jornais diários

Se haviam esses discursos em periódicos mais pontuais e de circulação menos constante, havia também nos jornais diários. Notícias que iam desde a crítica às escolhas estéticas do Estado sobre as reformas na cidade, como, por exemplo, a escolha da cor da pintura de postes, no qual “O Jornal” não suaviza as palavras ao dizer que “a alçada municipal não escapará esse atentado á esthetica, assim sorateiora, que vae transformando de modo

horrendo as ruas e alamedas de Belém. De facto, aquillo é medonho"¹¹, como também quanto aos locais da cidade que ameaçavam a ordem e a boa imagem que todo cidadão deveria ter,

arrogando para si a tarefa de divulgadores das notícias envolvendo espaços e indivíduos suspeitos e comportamentos criminalizados pela lei, assumem também a função de veículo de controle social por desempenharem o papel de denunciadores de condutas populares consideradas transgressoras (Gomes, 2017, p. 10)

A grande cidade que se formava tenderia a favorecer o contato entre estranhos em diversas situações do cotidiano, como os encontros solitários ou as festas públicas, onde, segundo a descrição dos contemporâneos, “a ordem moral estava em colapso” (Fausto, 1984, p. 47). Luiza Amador (2022), em ressonância com a discussões feitas por Martins Junior quando as consequências dos crescimento urbano reforça que:

na mente dos intelectuais e do homem das camadas mais bem postas da sociedade imagens da cidade como lugar privilegiado para o florescimento de tensões e esforços anormais, capazes de degradar física e moralmente os indivíduos e as relações sociais, implicando o surgimento do receio de uma crise iminente que viria a afetar, essencialmente, a família, instituição tida como a base de todo o ordenamento social” (Amador, 2022, p. 95)

A moral, e a moralidade, são palavras que utilizarei bastante daqui em diante, e discutirei sobre essas obrigações morais a partir do entendimento de ser uma “pressão social decorrente das regras instituídas” (Galeffi, 2016, p. 273), em um momento no qual a aplicabilidade dessa palavra em discursos públicos, como nos jornais, se faz mais presente conforme as relações sociais no espaço urbano passam a ser entendidas como formadoras de uma sociedade civilizada ou não, conforme a ação de seus habitantes quando comparada a ideais impostos pela sociedade elitizada em conformação com o modelo europeu.

Galeffi (2016) analisa as transformações pelas quais o entendimento daquilo que é moral perpassa ao longo do tempo, e afirma que valores morais são “construções históricas e dependentes de circunstâncias específicas da vida das sociedades que os criou” (Galeffi, 2016, p. 275). Meu foco repousa sobre essas circunstâncias, e na forma pela qual houveram tentativas de construir e instituir esses valores. Thompson (1991) declara, em ressonância com Francis Bacon, que o costume é mais perfeito quando tem origem nos primeiros anos de vida; é o que chamamos de educação, que, com efeito, “não passa de um costume cedo adquirido”. É essa construção de costumes através da instrução, da obrigação moral baseada em princípios de homogeneidade que observo nestas publicações.

¹¹ O Jornal. 10 de outubro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

Meu primeiro contato com o Centro das Flores se deu através dos boletins policiais d'O Jornal, cujo diretor João Marques de Carvalho havia sido anteriormente redator-secretário do jornal "A Província do Pará". Nessa coluna, estabelecida geralmente na terceira página das edições, havia o intuito de informar os crimes, contravenções e quaisquer ações realizadas pelo policiamento da cidade no dia anterior a sua publicação. Nessa parte específica do jornal tem-se então uma fonte dos conflitos diários de Belém, desde brigas pequenas até casos que tomam proporções grandes, o bastante para tornarem-se uma matéria separada caso possuam novos desdobramentos. As notícias que encontrei podem nos oferecer uma porta de entrada para aspectos da sociabilidade na cidade nesse momento de intensas mudanças, além de conversar com as discussões anteriores quanto ao uso do cotidiano de sujeitos como exemplificação do comportamento desviante que não se queria agindo em meio a sociedade, como forma de educar através da exposição desses sujeitos nas notícias.

Dentro das sessões de boletins policiais é possível observar as nuances da vida cotidiana e de como estes meios de comunicação procuravam influenciar um estilo de vida específico, incluindo quais eram os agentes que não se adequaram e não deveriam ser exemplos a serem seguidos no novo cotidiano que se buscava. Características como o status social dos habitantes são apontadas dentro desses boletins, assim como o descontentamento com sujeitos que não possuíam trabalhos fixos e/ou reconhecidos como honrados, independente da condição impostas sobre eles para se encontrarem nessa posição, apontando a sua má influência para a "sociedade civilizada", baseado na ideologia do discurso sobre o trabalho e produtividade como meio de se redimir.

No contexto de busca pelo progresso era necessário que o trabalho ganhasse uma valorização positiva articulando-se então com conceitos vizinhos como de "ordem" e "progresso" para impulsionar o país no sentido do "novo", da "civilização", isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa (Chalhoub, 2012), portanto aqueles que fugiam dessa idealização, no momento em que se buscava "civilizar" a população de Belém, eram constantemente repreendidos pelos agentes que faziam a vigilância da cidade, os chamados "praças". Como forma de educar a população através dessa exposição do ato indecoroso, os desviantes mencionados nos jornais como causadores de desordem e influenciadores de um estilo de vida imoral são descritos pelos redatores dessa coluna através da utilização de uma linguagem tendenciosa. Como menciona Chalhoub (2012), ao citar Lima Barreto em sua obra "Trabalho, lar e botequim"¹² sobre as publicações de periódicos:

¹² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. P.48. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012

Os jornalistas se empenharam em inventar detalhes extravagantes que enfeitaram a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal. O sensacionalismo começava já na “cabeça” - isto é, nas “considerações que precedem uma notícia” - e se caracterizava por um filosofar de caráter moralizador.(Chalhoub, 2012, p. 27).

Entre os meses de setembro e novembro do ano de 1900, os boletins policiais d’O Jornal noticiaram diversas contravenções, incluindo várias ocorridas no perímetro do Centro das Flores, locais esses onde se estigmatizou em Belém durante muitas décadas subsequentes como zona de embriaguez e prostituição. O interessante nessas notícias são algumas das escolhas de palavras que os editores usavam para se referirem à pessoa noticiada. “O *vagabundo* Manuel Falcão”, “Promovido pela *vagabunda* Maria da Silva”, “o *incorrigível* Enéas Cezario”, “o *célebre* gatuno”, “o *gatuno relapso*”, “a *desordeira* Maria”¹³, todos adjetivos cujo objetivo era enfatizar e rebaixar a imagem e como esses sujeitos deveriam ser classificados, ridicularizando-os na forma de tratar a notícia, sem entregar detalhes quanto ao fato ocorrido, mantendo o foco no desprezo pelo sujeito e suas ações. Na maioria dos casos somos contemplados apenas com resumos como estes: "Levou hontem queixa à polícia contra o vagabundo Manuel Vicente Falcão, que o insulta diariamente, o sr. Carlos Mathias, proprietário do restaurante Dom Carlos, á avenida Independência"¹⁴. Não sabe-se quais os insultos, mas quem escreve parece já reconhecer a figura de Manuel, pela forma como se refere a ele como se fosse de conhecimento geral que se tratava de um “vagabundo”.

Da mesma forma o faz quando noticia: “A *innocente* Rosalina Ferreira de Oliveira foi presa, hontem, quando promovia desordens na travessa Trez de Maio, onde mora.”¹⁵ utilizando de uma linguagem irônica para falar sobre a pessoa noticiada, como se já houvesse uma “fama” envolvendo seu nome e a forma como ela se portava dentro da cidade, o jornal trata assim os sujeitos considerados inadequados. Mas não eram somente pessoas, como lugares também se tornaram alvos desse tipo de tratamento. Em 8 de outubro de 1900 foi noticiado: “No hotel Beira Alta, que é *ponto predilecto de alguns ociosos*, Lourenço Peres promoveu hontem conflicto com alguns d'elles”¹⁶. Cedendo não somente o nome do envolvido como do local e sua má reputação a partir do olhar e dos princípios que guiavam essa publicação, iam-se construindo através daqueles responsáveis pelo conteúdo que iria para os

¹³ Em ordem de leitura, sendo todos da sessão de Boletins Policiais d’O Jornal do anos de 1900. 27 de setembro, 29 de setembro, 8 de outubro, 13 de outubro, 16 de outubro, 12 de novembro. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

¹⁴ O Jornal. 27 de setembro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

¹⁵ O Jornal. 04 de outubro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

¹⁶ O Jornal. 08 de outubro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

jornais uma qualificação dos sujeitos e lugares da cidade a partir do seu reconhecimento e seus frequentadores, denunciando e ridicularizando suas imagens, utilizando-os como exemplo daquilo que era inconveniente, inconcebível para uma imagem que buscava-se aplicar na urbe.

Estes adjetivos utilizados, a forma como eram construídas as notícias e como chegavam ao público aparentam, ao meu ver, o exemplo já discutido a partir das ideias de Thompson (1991) e Galeffi (2016). “O pressuposto de um monolitismo de um meio sociocultural leva, inevitavelmente, ao conceito de “inadaptado”, de “desviante” (Velho, 1985, p. 10), almejava-se educar os leitores a partir desses exemplos, classificando os agentes das notícias como imorais, buscando através dessa disciplinarização alcançar um projeto de uniformidade dos hábitos a partir da supressão de condutas julgadas como incongruentes pelas elites.

De forma semelhante, mas em outra fonte que podemos observar estes usos, o fez o chefe de segurança pública no relatório do ano de 1899, citado anteriormente. Na mesma introdução discutida, ele separou um tópico sobre a “vagabundagem”, onde dizia:

“Uma das fontes mais abundantes da criminalidade é, sem duvida alguma, a vagabundagem. É bem triste o espetáculo a que assistimos diariamente n’esta cidade e no interior; crianças e adultos sem ocupação, vagando pelas ruas, entregam-se a toda sorte de vícios, que arrastam fatalmente para a escola do crime, constituindo assim uma constante ameaça a sociedade.”

A suposta inutilidade de um habitante o colocava no mesmo patamar de um criminoso sem que houvesse um fato real que pudesse comprovar uma denúncia desses sujeitos, bastava somente não possuir uma ocupação por meio de um trabalho reconhecido, vagando pelas ruas, para tornarem-se alvos de um julgamento de ameaça à sociedade, tornando-se desviantes da ordem moral. A problemática não residia em grande parte em ameaças reais, mas sim no julgamento sob a forma de se portar na cidade que era reconstruída sob pilares de semelhança com a imagem idealizada da civilização europeia,

A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores, que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural (Velho, 1985, p. 12).

Além de ser possível explorar esse lado das supostas identificações dos sujeitos desviantes, a coluna de boletins policiais também revelam nuances das interações sociais e da agência policial acerca de sujeitos incapazes. Dentro desses 3 meses de publicações diárias d’O Jornal, as quais tive contato através de microfilmagem, foram noticiados 12

espancamentos, sendo metade dessas vítimas menores de idade, cujos agressores eram seus empregadores. As queixas chegavam à polícia através das próprias vítimas, que levavam o fato ao conhecimento das autoridades. Em uma das poucas vezes na qual a matéria não se resume ao fato em si, temos uma fonte que revela uma ligação com discursos tratados anteriormente. A notícia, de 10 de novembro de 1900, se deu da seguinte forma:

Foi apresentado hontem ao Sr. Dr. chefe de segurança, pelo subprefeito no Mosqueiro, um menor de nacionalidade brasileira, barbaramente espancado. O menor declarou ter sido espancado pelo seu patrão João de Deus Coelho da Matta, morador n'aquela villa. Disse ainda que é diariamente sobrecarregado de serviço sem que ao menos lhe seja permitido frequentar uma eschola depois de labutar de dia.¹⁷

Examinando seu conteúdo, podemos observar que para além de denunciar a agressão sofrida, o menor aproveita da situação infeliz para inculpar seu patrão quanto a sobrecarga da qual é obrigado em seu serviço, fato esse que o impossibilitava de receber educação escolar por conta das horas que tinha que dedicar ao trabalho. A exposição desse tipo de notícia mais detalhista carrega a propaganda, através do exemplo negativo, dos ideais que venho discutindo até então. De 6 espancamentos de menores noticiados, este foi o único no qual foram dados mais detalhes quanto ao conteúdo da denúncia, e isto se deu provavelmente pelo fato de que o menor também denunciou a incapacidade de frequentar a escola por conta da sobrecarga do trabalho. Em um momento político-social no qual a ideia de progresso e civilidade estava atrelada aos discursos da ciência e da educação, um menor que não consegue frequentar a escola por uma sobrecarga imposta sobre si por seu empregador se torna um modelo o qual busca-se evitar, pois a distância com a educação poderia torná-lo futuramente um desviante, tornando essa relação maléfica para os habitantes da cidade a longo tempo.

Outra discussão que surgiu para mim enquanto me deparava com essas notícias envolvendo menores, e que irei expor aqui de forma breve apenas como forma de reflexão, deixando para talvez outro momento uma exploração mais profunda, é a continuidade da violência dentro do ambiente de trabalho em um período no qual a ilegalidade do trabalho escravo havia sido instituída a pouco mais de uma década. A sobrecarga imposta sobre o menor que a denunciou, e o fato de que todas as denúncias envolvendo espancamento de menores se deram dentro do ambiente no qual estavam empregados, se tornam um dos diversos exemplos de como a mentalidade da violência atrelada ao empregado seguia influída dentro da sociedade.

¹⁷ Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

Nesse mesmo intervalo de tempo analisado n'O Jornal, foram noticiados 3 recolhimentos ao asilo. Em 27 de setembro "Com guia do subprefeito no 4º distrito, foi recolhida ontem ao asylo de alienados a mulher de nome Emilia Maria da Conceição, que está soffrendo das faculdades mentais". Em 06 de outubro "Com guia do subprefeito de permanencia na estação de segurança, foi recolhido ontem ao aylo de alienados o individuo Candido Alvez Fernandes". E em 09 de novembro "Com guia do subprefeito no 5 districto foi recolhido ontem ao Hospital de Caridade o indigente Joaquim Rosa". A criação e manutenção desses tipos de instituições caminhavam juntos com discursos que se por um lado afirmavam a sua criação com o intuito de ajudar os necessitados, separava-os em um ambiente no qual, por motivos diversos, pessoas eram recolhidas e afastadas da vida social, sendo classificadas como não pertencente ao ambiente público por seu comportamento ou pelo exercício da indigência. A sociabilidade dentro da cidade estava atrelada à padronização do comportamento e à repulsa por qualquer desvio que apresentasse uma falha no embelezamento da cidade.¹⁸

Em 15 de Outubro de 1900 O Jornal publicou a matéria intitulada "Os antros do vício". O periódico, aparentemente grande conhecedor dos locais os quais "ameaçavam" a boa moral que se buscava estabelecer em Belém, decide que a exposição desses locais através dos boletins policiais não estava sendo eficiente o bastante. O veículo então clama, através de uma coluna individual, na primeira página, que as autoridades ajam sobre estes lugares, pois a continuidade dos tumultos ali feitos, além de apontar a falta de moralidade de seus frequentadores, criava uma ameaça sobre as pessoas que circulavam ou residiam próximas a essas hospedarias, bares e restaurantes, pessoas essas que ora poderiam estar sendo importunadas pelos barulho, ora poderiam se ver seduzidas a fazer parte destes "antros do vício", título o qual "O Jornal" deu para a matéria onde denuncia os locais e os sujeitos que até tarde da noite causam distúrbios e espalham a imoralidade pela cidade.

A ideia de que a imoralidade poderia ser imposta através da sua exibição não encontra fundamento para além das idealizações dessa parcela da população, mas quem escreve parece ter a certeza de que o contato com esse tipo de local, que promovia situações onde o uso de álcool e o trocas entre sujeitos em um contexto sexual poderia influenciar a mudança de caráter e moralidade de quem tivesse contato, diz:

¹⁸ Para saber mais sobre a criação e discussão acerca dessas instituições procurar *Aos loucos, o hospício*, da revista fapesp. *Assistência médica e legal de alienados*, disponível no site do Arquivo Nacional.

As multiplas preocupações das auctoridades de segurança, retendo-as em pesados labores, tem-n'as distraído da necessaria vigilância sobre certas casas que abundam pela rua Padre Prudencio e travessa Primeiro de Março. E a tranquillidade em que vivem as inquilinas de taes casas é **propicia para a expansão** de seus instinctos de espectacular exhibição. Assim é que vão tomando licenciosa proporção os modos como se apresetam no interior, defronte das janellas abertas ás escancaras sobre a rua publica, de onde os transeuntes descortinam desmoralisadores recantos do vicio. Até alta noite é insupportavel a algazarra de toda essa gente, á qual vae juntar-se o concurso barulhento dos visitantes, com os cerebros cheios dos vapores do vinho. **Ahí perto, á rua Aristides Lobo, o Centro das Flôres já está celebrisado pelos ardorosos disturbios e immoralidades patenteadas, de que é theatro cada noite.**¹⁹

Dali a 4 dias, o jornal viria a se orgulhar do alcance de sua matéria, “esta campanha de moralisação iniciada pel'O Jornal”, exhibindo-se por ter influenciado o jornal Província do Pará que “veio juntar o seu clamor á nossa voz”. E finaliza a matéria dizendo que “As exterioridades podem exhibir-se revestidas de certo luxo, - mas o ar de viscosa provocação, de completo desrespeito á moral, é identico e a opinião publica exige um paradeiro a esta situação lamentavel”²⁰.

Eis aqui o que foi publicado n'A Província do Pará, que estaria apoiando essa campanha de moralizaçãõ:

A polícia precisa voltar as suas vistas para a vida de desbragamentos que está levando o quarteirão da tua Trindade que confina com o largo de Sant'anna. Aquillo está ficando peor do que a mais immunda viela do Rio, verbi gratia São Jorge ou Sete de Setembro. Uma algazarra do mulheroio de vida fácil, um descaramento no gesto e na phrase, uma descompostura em tudo, finalmente: é uma vergolheira que allí se ostenta, n'essa rua central da cidade. Há ruas retiradas onde essa indústria, embora vigiada, pode ser exercida com a liberdade compatível com o decoro. Não precisamos ir a Europa buscar exemplos de como allí se pratica n'esse assumpto. Basta que cheguemos a Montevideo ou Buenos-Aires, onde a mulher de vida fácil está sujeita a certas exigências da auctoridade policial, e uma d'estas é a moradia em local que por ellas pode ser frequentado. Se assim vamos n'essa licença perniciosa que para ahi está gozando a prostituição declarada, d'aqui a pouco cada rua é uma Polonia obscena. Precisa pois a polícia pôr cubro a taes desmandos. Há muitas ruas que não prejudicam os nossos créditos de moralidade se fõrem aproveitadas para a industria d'essas infelizes²¹

Enquanto os redatores d'O Jornal se encarregam de fazer uma denúncia direta de uma ação sob esses locais, temos nessa segunda via, n'A Província do Pará, para além da denúncia, a sugestão de realocar as prostitutas que residem nessas ruas, utilizando o exemplo deste feito

¹⁹ O Jornal. 15 de outubro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

²⁰ O Jornal. 19 de outubro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

²¹ A Província do Pará. 18 de outubro de 1900. Rolo A Província do Pará, agosto-outubro, 1900, BPAV/FCP.

já realizado na Argentina, um discurso atrelado a higienização da cidade que não se limitava ao espaço físico, mas onde essa realocação, liberando um espaço central da cidade que poderia ser “melhor utilizado” por outros sujeitos que não essas mulheres, demonstra que essa limpeza se caracterizou também por uma “limpeza social com o afastamento das classes menos favorecidas das áreas do centro da cidade” (Gomes, 2017, p. 34), onde poderiam exercer sua vivência sem ameaçar degradar a imagem que buscava-se alegar que Belém havia alcançado a partir da reestruturação urbana.

Luiza Helena Amador (2022) também percebe a fixação dos jornais em apontar meretrizes como um “grande problema” que existia na cidade de Belém, “portadoras de uma sexualidade pervertida” (Amador, 2022, p. 21). No caso do Centro das Flores não houve uma denúncia direta envolvendo o emprego da prostituição no local, mas as denúncias contra a falta de moral demonstra uma alusão para tal. Estas questões envolvendo a experiência prostibular em Belém discutidas pela autora em sua dissertação complementam as discussões aqui presentes por estar inserida no contexto das mudanças ocorridas a partir do capital gerado pelo mercado gomífero.

A tão almejada civilização cobrava seu preço, pois se as cidades ofereciam uma gama assustadora e extraordinária de possibilidades, estímulos, prazeres e riquezas, também estavam imersas em uma atmosfera de tentações, desejos carnis e excessos como bebidas, jogos e sexo.(Amador, 2022, p. 40)

A ilusão de que era possível não haver conflitos dentro da cidade e que a população conseguiria ser disciplinada como um todo encontrava um entrave em situações como o serviço dessas mulheres e dos chamados Cáftens, que chegavam à cidade em busca de subsistência através de diversos meios e por diferentes motivos, por vezes de forma imposta contra sua vontade, de outras como a única forma que aquela mulher encontrou para conseguir seu sustento.

A modernidade e o ideal da Belle Époque deslumbrante, constantemente se chocava com a realidade das classes populares da urbe amazônica, e as meretrizes e pobres ao transitarem pela cidade em busca de subsistência foram percebidas como mais um problema do caos urbano (Amador, 2022, p. 24).

Essas pessoas acabavam se tornando alvos da vigilância e do discurso disciplinador inserido nos jornais, entendidos como transgressores da ordem que buscava se aplicar. A culpa sobre qualquer entrave que a cidade poderia estar tendo que manchava a imagem de progresso recaía sobre esses sujeitos de classe baixa, que por seus hábitos imorais estariam impregnando a cidade e ameaçando a moral das famílias que viviam ou transitavam próximas

desse tipo de lugar.

Como elucidado anteriormente, a imprensa era composta por uma camada específica da população, bem distante das camadas de base de homens e mulheres pobres, assim como imigrantes que habitavam e ocupavam as baixadas de Belém em um período onde se por um lado elevavam-se prédios aos moldes de uma arquitetura clássica européia, de outro cresciam os cortiços e habitações nas áreas baixas da cidade para comportar o contingente habitacional de Belém. Pantoja (2003) analisa muito bem o papel da imprensa nesse período quando diz que um aspecto considerado fundamental na articulação da fala da imprensa de Belém sobre a própria cidade era a crença de que a capital representava uma espécie de moldura do desenvolvimento e progresso de todo o Estado, por isso, deveria refletir as principais ‘evoluções’ sociais e transformações culturais pelas quais a região estava passando, sendo assim era parte de uma estratégia de combate às práticas sociais desses indivíduos das classes baixas utilizar denominações, apelidos e nomenclaturas que desqualificam esses indivíduos classificados como não letrados “numa espécie de tentativa de deslegitimar seu direito à cidade” (Pantoja, 2003, p. 3).

CAPÍTULO 2

O Centro das Flores

O urbanismo e civilidade são lados de uma mesma moeda: a moeda da civilização. Trata-se, em última instância, de transformações mais ou menos aprofundadas que tiveram como intuito modificar não apenas o aspecto externo da cidade, mas também o *modus vivendi* de seus cidadãos, privilegiando uma nova sociabilidade. (Amador, 2022, p. 33)

3.1 - Primeiras aparições

O intuito deste capítulo é criar um diálogo a partir daquilo que foi noticiado sobre o lugar conhecido como “Centro das Flores”, observando o cotidiano da cidade de Belém através das interações sociais que aconteceram no local ou que nele foram inseridas, pretendendo um olhar para além das imposições feitas através da estruturação dessas notícias, buscando perceber a cidade, os sujeitos e as formas com quem interagem, gerando uma discussão através da relação entre o movimento de urbanização de Belém nos anos finais do século XIX e a desqualificação de cidadãos e espaços, e sobre como estas transformações tomaram como um dos objetivos finais “a governamentalização da população, principalmente a sua disciplinarização” (Pereira, 2000, p. 39), que tinha nos fatos e nas denúncias realizadas em jornais da capital paraense um amparo para a instituição desse comportamento disciplinar. A imprensa, nesta virada política e social pelo qual Belém passava, “ajuda a construir uma imagem desses estabelecimentos” (Macêdo, 2016, p. 33), como o Centro das Flores, e possibilita posteriormente uma problematização de diversos pontos da construção dessas sociabilidades dado “à importância que a imprensa diária possui por constituir-se um reflexo social, permitindo conhecer os eventos cotidianos por meio das notícias por ela veiculada” (Gomes, 2017, p. 13).

O Centro das Flores esteve situado em um dos espaços mais contraditórios da cidade de Belém, onde estilos de vida e percepções distintas quanto à realidade urbana colidiam-se. “Havia, nesse circuito, as ruas como Primeiro de Março e Riachuelo, cheias de pensões, botequins e cafés” (Amador, 2022, p. 68) conhecidos e expostos nos jornais como concentrações de locais onde se praticava atos de imoralidade, desordens e grande consumo de bebidas alcoólicas, através tanto de seus moradores quanto de seus frequentadores. Bem próximo, a uma rua de distância, havia o espaço aberto para a Praça da República com o grande signo da cidade, o Theatro da Paz, orbitando ao seu redor as opções de passeios moldados de acordo com o modelo parisiense de cidade e comportamento, onde os

transeuntes pudessem admirar os edifícios e caminhar nas largas calçadas que rodeavam o espaço da praça.

Esse contraste certamente foi um fator que causou choques entre realidades e valores morais distintos e os colocava diariamente em combate, que se refletiam em conflitos de interesses que eram correspondidos naquilo que se publicava nos jornais, visto que esse meio de comunicação era uma plataforma alinhada com o pensamento elitista da época onde a exposição dos fatos relatados eram entendidos como uma “oportunidade que a ocorrência permitia de se reforçar uma lição moralizadora” (Gomes, 2017, p. 17). Pela classe e valores políticos de quem as redigia, “as notícias [...] apresentavam semelhanças marcantes em termos do discurso, na forma como eram redigidas ou mesmo nos temas, podendo ser então facilmente agrupadas” (Schwarcz, 2020, p. 139), e podemos observar isso a partir da estrutura das publicações que tratavam sobre o Centro das Flores.

Inicialmente, em sua trajetória, é interessante notar que em sua primeira aparição a qual tenho acesso como fonte do Centro, o local é tratado de forma ordinária, no sentido de não possuir nenhum teor crítico quanto a sua funcionalidade. O que tem-se é que em julho de 1898 lá estava hospedada Cecília, “amiga da *sympathica* Porfíria”²². A notícia dá-se brevemente assim, sem que fosse utilizado qualquer adjetivo negativo quanto à hospedaria ou às duas mulheres citadas, que receberam, em contrapartida ao maior número de notícias que surgem nos anos seguintes, palavras que remetem para um teor mais elogioso, a exemplo do uso do adjetivo “simpática”. Para completar as poucas notícias que se fazem sem algum tipo de crítica ao Centro, tem-se posteriormente, no ano seguinte, a sua aparição através do anúncio de um baile público que lá aconteceria, em meados de março de 1899²³. Por fim, nesta categoria tão vaga de notícias neutras, em 13 de março de 1900, o jornal O Pará trazia um resumo da realização do serviço sanitário municipal realizado por Clemente Soares, onde “o mesmo dr. delegado sanitário encontrou em boas condições [...] restaurante n. 67, Centro das Flores”²⁴.

Se retomarmos esse último fato para uma interligação interessante podemos notar nuances do discurso que acompanham esse simples fato noticiado quando remetemos a um trecho da matéria intitulada “antros do vício”, citado no capítulo anterior. Como acabamos de observar, foi atestado pelo jornal O Pará que o Centro das Flores passou pela aprovação do serviço sanitário municipal, o que indicava que o local tinha boas condições para permanência

²² O binoculo: Periodico Litterario, critico, noticioso. 10 de julho de 1898. Edição 00095 da Hemeroteca Digital.

²³ A Republica: órgão do clube republicano. 19 de março de 1899. Edição 00024 hemeroteca digital.

²⁴ O Pará. 13 de março de 1900. Edição 00682 hemeroteca digital.

do funcionamento de suas atividades. Quando na denúncia feita pelo O Jornal é dito que “As exterioridades podem exibir-se revestidas de certo luxo, - mas o ar de viscosa provocação, de completo desrespeito à moral, é idêntico e a opinião pública exige um paradeiro a esta situação lamentável”, temos uma distorção que ainda assim comprova o reconhecimento dado pelo delegado sanitário. A interligação entre esses fatos traz a problemática da construção do discurso onde, por mais que o local funcionasse com o aval dos padrões sanitários, mesmo assim a sua imagem não se tornava “higiênica”, pois, nesse momento “botequins, bordéis, habitações operárias vão sendo paulatinamente defasados pelo olhar inquieto e armado do poder” (Rago, 1985, p. 170). A imoralidade, a desordem, a embriaguez, passam a fazer parte do entendimento daquilo que é higiênico, tornando esses locais insalubres não pelas condições de saneamento, mas pelos atos realizados em seu interior, cujos sujeitos praticantes não eram encarados pela sociedade elitizada somente como “simples desordeiros, mas como degenerados, em plena decadência moral, o qual todos os outros habitantes poderiam estar sujeitos” (Gomes, 2017, p. 65) caso tivessem algum tipo de contato.

Portanto, mesmo em plenas condições de funcionamento, hospedarias, bares e restaurantes como o Centro das Flores tornavam-se alvos de constantes críticas pela imprensa, aliadas a um clamor de que o poder estadual agisse sobre esses territórios degradantes, afirmando como uma de suas funções, para além de transmitir fatos, “os jornais estariam ajudando no estabelecimento das fronteiras entre os mundos da ordem e da desordem, definindo, por palavras e expressões, as delimitações entre as esferas da cidadania e da exclusão” (op. cit. p. 65), onde haveria a necessidade de torná-los parte de um “projeto utópico de desodorização do espaço urbano, através de uma ação que, pontual num primeiro momento, torna-se depois permanente e sistemática” (Rago, 1985, p. 163), como podemos perceber pelas constantes denúncias sobre a zona da cidade onde se encontrava esses estabelecimentos assim como o próprio Centro das Flores, cujos discursos iam transformando-o em uma personificação dos males que ameaçavam infestar a cidade, como se fosse uma doença moral.

Esse projeto de desodorização dos espaços fez parte das diversas decisões relacionadas a urbanização da cidade e as modificações que se deram a partir dessas ações, que almejavam construir ou remodelar o espaço urbano a fim de determinar a vida de seus habitantes, “furtando-lhes a possibilidade de dissimulação, de manter segredo, de subtrair-se aos olhos dos outros” (Costa; Oliveira, 2008, p. 116). O espaço privado, a partir desse desejo de modernização da urbe, perde fronteiras e por vezes se confunde com o espaço público, que através das diversas disposições e da vigilância contínua por parte de habitantes e da polícia,

tornam os sujeitos alvos de exposição constante em consequência de suas ações, sendo elas um pêndulo entre o bom e o mau exemplo, que culminam por vezes em matérias como as que tratarei a seguir. “Essa metodologia de estabelecer o certo e o errado julgava os costumes populares como os mais infundados e nefastos que deveriam ser corrigidos pela ação policial” (Costa, Oliveira, 2008, p. 128), e portanto determinavam alvos específicos de um discurso civilizador lugares e pessoas que não se encaixavam no padrão que buscava se estabelecer.

A vigilância desses sujeitos se fazia tanto através da parcela da população elitizada quanto das forças policiais, assim como consequentemente da imprensa, que se estabelece nesse papel de interceptora e busca ocupar esse espaço pertencente a denúncia e a disciplinarização dos cidadãos, e o faz com o intuito de “chamar a atenção dos leitores, assim como também constranger os envolvidos nas contendas, com o caráter moralizante que as notícias não deixavam de ter” (Lacerda; Sarges, 2009, p. 175). Como já discutido anteriormente neste trabalho, os adjetivos oferecidos aos sujeitos dentro das denúncias dos jornais por diversas vezes o faziam de forma vexatória, com pretensões moralizadoras através da humilhação do sujeito tratado. “Através de uma série de recursos de pontuação, grifos e expressões, o texto encaminha ironicamente a reflexão do leitor contra a aparente verdade que começa a enunciar” (Schwarcz, 2020, p. 15), uma narração jornalística que não deixava de ser “um tipo de violência na medida em que se expunham os pequenos e grandes dramas da vida alheia de forma irônica, transformando quase em comédia os problemas sociais enfrentados por muitos moradores pobres da cidade” (Lacerda; Sarges, 2009, p. 175), difamando suas imagens e estabelecendo uma hierarquia onde havia, por um lado, a população superior, civilizada, e de outro os sujeitos inferiores, que desconheciam esses valores, e portanto deveriam ser tratados como tal.

É compreensível que das redações dos jornais os redatores dessem conta do que ocorria nas ruas, constituíam-se em observadores das cenas urbanas e denunciadores da desordem do cotidiano na cidade, afinal era preciso garantir o novo modelo do regime republicano assentado na ordem, no progresso e na civilização (Lacerda; Sarges, 2009, p. 173)

“O espaço público e tudo aquilo que era visível nas ruas e a partir delas estava condicionado a vigilância, pois, como remete José Ronaldo Trindade, era preciso disciplinar o espaço das ruas porque nelas é que se conflitava a moral com o imoral” (Amador, 2022, p. 24). A aplicação dos ideais republicanos de ordem e progresso transformava o espaço da cidade em ambientes cada vez mais urbanizados, e buscava, simultaneamente, fazer o mesmo com seus habitantes, no sentido de abandonar hábitos que remetessem a uma condição de

sociabilidade anterior ao novo regime republicano moderno, embasados paralelamente pelos modos de vestir e pensar europeu, com base nas teorias discutidas anteriormente.

“População e cidade são tratadas de maneira íntima e relacionada, numa abordagem complementarizante de construção mútua de objetos e espaços de normas e procedimentos” (Pereira, 2000, p. 51). Parte, portanto, da disciplinarização das ruas a disciplinarização do sujeito que a vivencia e de locais como o Centro das Flores, que recebia e estava integrado na rotina diária dos mais diversos tipos de pessoas, tornando-se, a partir do que ofereciam, epicentros daquilo que, no pensamento de uma classe refletidos nos jornais, poderia estar arruinando os planos de progresso da cidade, despertando a vigilância dos moradores próximos ou de transeuntes que realizavam as denúncias, pois “para muitos eram locais perigosos, a moralidade das famílias corria risco” (Amador, 2022, p. 81).

3.2 - Análise das notícias e seus possíveis objetivos

Adentrando nos relatos que exemplificam esses comportamentos onde é possível perceber a utilização desses discursos através dos jornais, está esta notícia do O Pará, que no dia 16 de julho de 1899 publicava:

Tambem pedem a nossa interferencia para o facto de não poderem as familias que moram nas casas em frente ao café Centro das Flores, á rua Aristides Lobo, chegar ás janellas, pois o tal café tem as portas completamente abertas de maneira que da rua encher-se até os fundos da casa, **onde as cousas não se passam como a moral ordena**. Bastava o proprietario collocasse uma meia porta, como se usa n'esses estabelecimentos, afim de evitar a justa reclamação da visinhança e do publico que por ali passa.²⁵

Pela leitura do conteúdo e a forma como se transmite a matéria, através das escolhas da sua estrutura, percebe-se que há um “fator de risco” principal da denúncia, que dá-se pela falta da meia porta: o risco da moralidade da vizinhança e do público que por essa rua passasse devido a falta dessas portas na entrada do café, que aparenta ser de uso comum a esses tipos de estabelecimento, mas que não foi instalada no Centro. Seu uso seria necessário para acobertar o que se passa dentro do Centro das Flores, que, de acordo com o jornal, aqueles que estavam em seu interior não agiam “como a moral ordena” e não deveriam ser expostos a um público que não concorda com essas atitudes ou que dela podem ser prejudicados. Não há especificidade de qual comportamento incita essa sugestão, o jornal não trata diretamente sobre, apontando somente que seriam ações imorais, e mesmo sem essa

²⁵ O Pará, edição 00487, 16 de julho, Ano 1899.

especificação, dedica grande atenção na matéria a essa suposição do comportamento de seus frequentadores.

Vemos que mesmo dentro do ambiente delimitado da hospedaria²⁶, ainda assim ele não escapava a possibilidade de tornar-se alvo da vigilância dos costumes morais que diziam respeito a anseios públicos, e percebemos essa concretização através dessa matéria, determinando uma denúncia não apenas contra a falta das meia portas, mas dos atos indisciplinados que se dariam dentro do local. Nesse momento da cidade de Belém, o desejo era de que tudo haveria de ser controlado, “desde o ambulante até o indivíduo que chegasse à janela ou porta em traje considerado indecente ou em completa nudez, ou conservar-se em casa em tais condições de maneira que fosse visto pelo passante da rua” (Lacerda; Sarges, 2009, p. 168). Quando por um descuido acabasse por ser flagrado, para além da consideração de um ato irresponsável, os sujeitos eram considerados um risco público, pois atentavam contra a moral dos transeuntes, mesmo que dentro do ambiente privado de sua estadia.

A manutenção da ordem, neste discurso, envolve a normatização da população, “através da disciplinarização dos corpos e dos procedimentos dos habitantes da cidade” (Pereira, 2000, p. 43), onde a determinação dos comportamentos não se dá somente no âmbito das ações no espaço público, mas a partir da ideia de que a vida nesta sociedade prevê que até mesmo a vida privada faça parte de uma normatização coletiva, e os jornais se viam como portadores da voz que indicava como conduzir essa manutenção, assim como colaboradores de instituições como a polícia, colocando-se na “função de auxiliares do aparelho policial na identificação dos suspeitos, mesmo que tal função nunca lhes tenha sido delegado pelo poder constituído” (Gomes, 2017, p. 55).

É a partir dessa linha de raciocínio que os redatores invadem os espaços e as intimidades dos sujeitos para expor suas condutas e transformá-los em exemplos didáticos, onde não havia somente a intenção de relatar acontecimentos, como tarefa de um jornal, mas de repreender os comportamentos a partir da sua ridicularização e depreciação. Inserido nessa realidade, e mesmo estando em “boas condições”²⁷ para seu funcionamento, o Centro das Flores se tornou alvo de denúncias constantes quanto à desordem de seus frequentadores e como localização reconhecida pelas atividades imorais que aconteciam em seu interior e exterior.

²⁶ O Centro foi nomeado de diversas formas ao longo dos jornais e dos anos, sendo tratado como hospedaria, café, restaurante, hotel. Portanto, para tratar sobre, sem que haja uma repetição de nomenclaturas, irei utilizar essas diferentes formas, mas sempre visando tratar sobre o Centro das Flores.

²⁷ O Pará, edição 00682, 13 de março, Ano 1900.

O mesmo jornal O Pará noticia em 20 de julho, 4 dias após a matéria citada anteriormente, inserto na coluna denominada “Intimações acertadas”, que:

O sr. capitão Garrocho de Brito, subprefeito da 3ª circunscrição policial, tomando em consideração o que hontem dissemos em relação ao café Centro das Flores, intimou aos proprietarios do mesmo e também do Café do Norte a collocarem meias portas nos seus estabelecimentos afim de não serem devassados, como são, até o interior.²⁸

Podemos apreender então que a denúncia anterior feita através do jornal chegou às autoridades, que, alinhadas ao discurso pregado pelo mesmo, acatou com a ação de impor a intimação destes dois estabelecimentos para que colocassem as meias portas. Nesse caso, assim como em outros, podemos constatar que “a imprensa também funcionava como um poder de vigilância, e junto com a polícia era uma articuladora da ordem necessária às transformações pela qual passava a cidade de Belém” (Lacerda; Sarges, 2009, p. 173). Essa notícia pode agir como exemplo do papel que esses jornais possuíam dentro do contexto de modernização da cidade e dos costumes de seus habitantes, projeto este que para além de um discurso primário de modernizar o horizonte urbano tinha sua real intenção de “ordenar, dividir, separar, agregar, estabelecer lugares e disposições aos seus habitantes, tentando manipulá-los cotidianamente” (Costa; Oliveira, 2008, p. 116) para que se encaixassem em ideais onde o conceito de civilização era constantemente utilizado, “servindo tanto para qualificar fatos positivos como para denegrir acontecimentos considerados ruins” (Schwarcz, 2020, p. 127).

Pouco antes do anúncio do baile público citado no início do capítulo, o jornal O Pará trazia a tona uma denúncia quanto a determinação do horário desses eventos:

O Sr. Desembargador chefe de segurança tomou há tempos uma medida que julgamos acertada, determinando que os bailes públicos terminassem á uma hora da noite. Essa medida tem sido escrupulosamente observada. Ante-hontem, porém, houve bailes nos hoteis Chat-noir, high-life e Centro das Flores, tendo o proprietário do Chat-Noir stado intimado a terminal-o á hora ap-zada. Consta-nos, porém, que nos outros hotéis não aconteceu tal, dando isso logar a que os proprietários do primeiro fossem os únicos prejudicados. **Não pretendemos aqui censurar a auctoridade policial; relatamos o facto para que a polícia tenha occasião de defender-se, não deixando que se possa suspeitas de sua parcialidade.**²⁹

Thompson discute, em ressonância com Bergson (2004), que há um senso de obrigação em toda moralidade, e a essência de tal “obrigação moral” não é o dever racional, e

²⁸ O Pará, edição 00488, 20 de julho, ano 1899.

²⁹ O Pará, edição 00328, 2 de janeiro, ano 1899.

sim a pressão social decorrente das regras instituídas” (Thompson, 1991, p. 273). No caso desta matéria, podemos analisar que, para além da denúncia quanto ao não cumprimento do horário correto, a crítica maior que reverbera é quanto a insuficiência do trabalho policial, que não teria agido conforme haveria de ser seu trabalho, recebendo assim uma crítica não somente pelo fato de não ter cumprido com a averiguação do seguimento do horário dos bailes, como também recai sobre a instituição a suspeita de parcialidade quanto a situação, tornando-os potenciais cúmplices de atitudes licenciosas. Entende-se a partir dessa interpretação que a pressão social quanto ao seguimento das regras não pesava somente sobre os locais e sujeitos mais desfavorecidos, os quais viemos discutindo, mas também sobre quem deveria vigiá-los para o cumprimento dessas regras, nesse caso, a polícia responsável pela segurança da cidade, quando estes não agiam conforme o posicionamento esperado.

Essa pressão social pelo cumprimento de um comportamento moral e correto onde as críticas estendem-se para diversos sujeitos pode ser percebida através de várias matérias que envolvem o Centro das Flores. Uma das principais matérias que se encaixa nessa análise foi publicada próximo ao fim do ano de 1899, quando houve um grande escândalo envolvendo o sumiço de inquéritos policiais de dentro da estação de polícia, que em seu conteúdo denunciavam Joaquim Guimarães por aliciamento de batedores de carteira durante a Festa de Nazareth. Joaquim, para além de funcionário municipal, era um aparente sócio do Centro das Flores. A matéria, composta de 3 partes publicadas em dias consecutivos, circulou pelo jornal *A República*, que em 20 de novembro publicou a primeira parte com o título “Escândalo: Os gatunos agem affrontosamente. Os *batedores de carteira*... operam na estação policial.” Não colocarei aqui as matérias completas como venho fazendo, por serem demasiadamente extensas, mas estão na tabela 1 localizada ao fim deste capítulo. Irei realçar neste momento os pontos da construção do discurso sobre esse escândalo que mais se atrelam às discussões que venho fazendo até então.

Há, dentro das 3 partes da matéria, 2 tópicos constantes: a ineficiência da polícia frente ao fato, paralelamente a degradação da sua imagem mediante sua inaptidão, e as relações familiares que teriam possibilitado a Joaquim fugir das consequências do seu delito. Em se tratando da ação policial, temos a sua desmoralização construída através dos discursos quando é dito, por exemplo, “A nossa policia, é triste dizel-o, mas não se amolda pelas normas das verdadeiras compreensões, porque obedece a sugestões” e “que fraqueza d’aquelles a quem está confiada a nossa tranquillidade, a nossa garantia pessoal.”³⁰, trazendo

³⁰ *A Republica*: órgão do clube republicano, edição 00221 hemeroteca digital, 20 de novembro de 1899, p. 1.

para a construção da matéria esse teor de decepção pessoal e uma aparente tristeza de noticiar a decadência de um órgão antes respeitado, mas que perdeu esse posto por estar

ha muito como fraca, inepta, incapaz para os commentimentos superiores na averiguação, na busca, na investigação de factos conducentes ao descobrimento da verdade a respeito dos constantes e por vezes grandes delictos que se commettem n'esta capital, e que se reproduzem pela impunidade dos de idetica natureza.³¹

Mas o que teria causado essa decepção tão grande e um total descrédito quanto a conduta policial? O que ocorre é que, como faz questão de lembrar nos 3 volumes da denúncia, Joaquim Guimarães, o principal acusado nos inquéritos e que por sua posição teria conseguido o privilégio de ter seu inquerito policial “sumido”, era, para além de funcionário público — colocado neste cargo por ter uma ligação familiar direta com Antônio Lemos — também sócio comanditário do Centro das Flores. O fato não passa despercebido, pelo contrário, ocorre que nas 3 vezes em que ele é lembrado, assim o foi feito, em 20 de novembro de 1899³²:

Esse facto assume as proporções de um escandalo administrativo, e tanto mais quando se procura acobertar um funcionario publico que é SOCIO COMMANDITARIO DE UMA CASA COMMERCIAL COMO O CENTRO DAS FLORES!!!³³

Em 22 de novembro:

como quer que seja, dos inqueritos policiaes a respeito do facto delictuoso e provado de que era principal accusado e unico auctor, de facto e de direito, Joaquim Guimarães, *funcionario da intendencia desta capital e SOCIO COMMANDITARIO DO HOTEL – CENTRO DAS FLORES* – á rua Aristides Lobo, não quer significar outra cousa mais do que o que previmos, que pelo facto de pertencer aquelle batedor de carteira á familia municipal do sr. coronel intendente, lançariam mão de todos os meios, ainda os mais indignos, para pol-o fóra da acção da justiça³⁴

Para além da coluna intitulada “escândalo”, no mesmo dia 22 o jornal adicionou logo em seguida a matéria “O caso do Guimarães”, para falar mais especificamente sobre Joaquim.

Dentro da extensa coluna, um parágrafo se destaca para esta pesquisa:

³¹ A Republica: órgão do clube republicano, edição 00222 hemeroteca digital, 22 de novembro de 1899, p. 1.

³² Esta é a data que está impressa no jornal, e há de se perceber que as outras 2 partes se deram, respectivamente, nos dias 22 e 23 de novembro, porém são colocadas como ocorridas em dias consecutivos. Pode indicar um erro de impressão do jornal, mas aqui irei tratar conforme a fonte indica.

³³ A Republica: órgão do clube republicano, edição 00221 hemeroteca digital, 22 de novembro de 1899, p. 1.

³⁴ Idem, edição 00222 hemeroteca digital, 22 de novembro de 1899, p. 1.

[...] Todo o publico sabe que Guimarães não obstante ser empregado da municipalidade, tem uma casa de pensão com o nome de Centro das Flores, d'onde recebe alugueis de quartos onde moram meretrizes, que repartem com elle o producto de seus meios de vida, tornando-se elle assim uma especie de *cáften*, correcto e argumentado. [...] ³⁵

Por fim, no dia 23 de novembro tem-se, mais uma vez:

e tanto assim que apesar de ja ter sido preso e processado mais de uma vez, exerce um cargo publico, e no pleno exercicio d'elle tinha como tem parte activa e directa n'uma casa comercial como o *Centro das Flores*. ³⁶

A densidade das matérias oferece uma fonte com grande potencial para outras discussões envolvendo abuso de poder e outras problemáticas. Porém, cabe aqui observar e perceber como o Centro das Flores foi utilizado como uma forma de degradar mais ainda a imagem de Joaquim mediante a denúncia de seu comportamento desviante. O uso de letras maiúsculas, exclamação repetitiva e o destaque pela forma itálica não foram feitas por mim, e sim pelo redator do jornal em questão, deixando claro suas intenções de evidenciar a ligação entre os fatos. Torna-se óbvio que interligar a figura de Joaquim ao Centro foi uma forma de atestar a sua imagem como um sujeito de conduta suspeita, que se realizava contrária aos ideais da lei e da justiça, sendo inclusive denunciado como uma espécie de cáften, uma prática que era abominada na imprensa e na sociedade por se tratar de sujeitos que lucravam com a prostituição, e que se interligada ao Centro o colocava também no caminho para um outro escândalo. A vinculação de Joaquim ao Centro buscava atingir não somente ele como sujeito, mas visa atrelar a polêmica também ao local, como que atestando que, pela falta de moral do sujeito, o mesmo se refletia sobre o lugar gerido por ele.

Dentro da matéria há outras duas citações que me chamaram atenção. A primeira é quando o jornal insere na primeira parte da publicação: “Justa era a causa que defendemos porque era a causa da Justiça, da Lei, da moralidade politica-social-administrativa”, onde o redator, em ressonância com os princípios do jornal, se coloca como se um verdadeiro agente que carrega o peso de defender a justiça e a moral do espaço urbano juntamente com o judiciário, cuja relação tão intrínseca com a justiça o fez ter certeza quanto aos fatos antes mesmo que o próprio serviço policial. Para confirmar este fato, tem-se já próximo do fim da matéria a seguinte conclusão: “Estamos convictos de que se não fora a nossa attitude diante de tão espantoso factó, não teriam os *fugitivos* inquéritos voltado a nunca mais ao logar donde

³⁵ Idem.

³⁶ A Republica: órgão do clube republicano, edição 00223 hemeroteca digital, 23 de novembro de 1899, p. 1.

desappareceram misteriosamente”. Percebe-se que seu redator vê o trabalho do jornal como uma ferramenta de base para o funcionamento de certos aspectos na cidade, construindo sua narrativa como um instrumento direto da justiça, lado a lado com a moralidade. “Se não fora a nossa atitude” revela o pedestal que se encontrava a suposta importância do jornal a partir do seu próprio ponto de vista, em relação a segurança e justiça da cidade, como instrumento significativo do aparelho policial e da manutenção da organização pública, no sentido de que os conceitos de ordem pública, tomada na acepção policial do termo, significando a manutenção e a guarda do bom andamento da vida, e do patrimônio e ordem social (Pereira, 2000, p. 43). E esse estaria sendo o dever não somente desse como de outros jornais em suas percepções: resguardar o bom andamento da cidade de Belém através de suas publicações e do olhar aguçado de seus redatores, que acreditavam conhecer a cidade e seus fatos como mais ninguém.

Também no ano de 1899, e não coincidentemente antes desse escândalo, o Centro das Flores esteve envolvido em uma investigação sob suspeita de exercício de Cáftens, conjuntamente com os hotéis *High-life*, *Mendez Nuñez*, *Maison D'or* e *Maison Dorée*³⁷, cujas posteriores citações não atestam para a continuação das suspeitas. A prática de Cáftens é discutida por Luiza Helena Amador (2022), que trabalha a experiência prostibular em Belém a partir dos anos de 1900 através do fluxo migratório de mulheres que vinham em companhia desses sujeitos, que as colocavam a disposição da prostituição para obter os lucros do rendimento de seus trabalhos. Algumas já exerciam a prostituição no exterior e vieram para cá buscando melhores condições, enquanto outras vieram através de promessas de riqueza em um novo território (Amador, 2022), dentre outras razões. Nos jornais, a prática era constantemente repreendida, e os cáftens eram tidos como verdadeiros vilões dentro da sociedade, sujeitos que arrancavam a inocência dessas mulheres, apontando que a prostituição e outros problemas tipicamente urbanos foram uma dor de cabeça para as autoridades públicas, mas principalmente para a imprensa, “tão ligeiramente interessada na preservação da ordem e da moral” (Amador, 2022, p. 59).

Em 28 de março de 1899, ao falar da reação policial contra o caftismo, o jornal O Pará se utiliza da expressão “saneamento moral”³⁸, palavras essas que podem descrever muito bem o projeto que vinha sendo realizado em Belém a partir do processo de urbanização de Antônio Lemos, comparando o processo de instalação do saneamento básico, que diz respeito ao remanejamento da estrutura de esgoto e água, ações que, em consequência de sua realização,

³⁷ O Pará, Edição 00392 / 20 de março, Ano 1899.

³⁸ O Pará, Edição 00399 / 28 de março, Ano 1899.

remanejaram partes dos cidadãos para fora desses locais, interliga o termo com uma “limpeza” social que se buscava através da disciplinarização e moralização dos habitantes da urbe.

Em 1898, esse mesmo jornal já tinha uma forte opinião quanto a lugares como o Centro das Flores. Em 18 de agosto publicou:

Hontem ás 11 horas e 40 minutos da manhã, notava-se grande aglomeração de povo em frente á casa de pensão denominada Centro das Flores, á rua Aristides Lobo, entre primeiro de Março e 15 de Agosto. Passando no bond um dos nossos reporters procurou syndicar do que havia. Soube, então, que a policia tratava de prender a Eduardo de tal que, em tempos, fôra empregado de José Antogipy e sobre quem recahem suspeitas do roubo, ultimamente soffrido por este senhor e que já noticiamos. Infelizmente não foi realizada a prisão de Eduardo, o que, de certo, levaria a polícia á sérias averiguações sobre o facto³⁹

Dos diversos pontos interessantes a se notar nessa matéria, têm-se por exemplo a exposição de que o conhecimento ante aos fatos noticiados que possibilitaram a realização da matéria se deu pela circunstância de um de seus repórteres estar passando coincidentemente pelo local no horário em que ocorreu a confusão e que prontamente se colocou em ação para realizar mais um ato de justiça⁴⁰. Outro ponto interessante é onde percebe-se a decepção com a não prisão do suspeito Eduardo de tal, em uma inserção demasiada pessoal a um fato noticiado, quando se aponta que “infelizmente” isso não ocorreu, mas caso houvesse se findado o fato, a polícia, de acordo com o jornal, certamente descobriria mais contravenções desse sujeito. Mais uma vez, dentro desse tipo de publicação, quem redige se coloca em uma posição de obter um conhecimento mais abrangente, à frente do que a polícia poderia ter, cujas hipóteses apontavam que para esse sujeito teria, para além do fato abordado, mais pelo que ser denunciado e portanto haveria de ser preso para essa investigação aprofundada. Porém, em todo o conteúdo dessa notícia, o que mais me chamou atenção foi o que veio depois.

Para finalizar a matéria, o jornal acrescentou o seguinte parágrafo: “Todas as casas de pensão que tal nome aqui tem, é de justiça dizer que reclamam sérias providencias por parte

³⁹ O Pará, Edição 002511 / 18 de agosto, Ano 1898.

⁴⁰ João Arnaldo Machado Gomes, em sua dissertação *Vigiando, divulgando e reprimindo: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910)*, fala sobre essa prática dos jornalistas: “Com o início da prática da moderna reportagem que ocorreu na década final do século XIX, os profissionais da imprensa, que antes se dedicavam apenas ao exercício da escrita dos textos nas redações dos jornais, passaram a se deslocar para as ruas em busca dos acontecimentos e dos personagens criminais, transitando nos mais diversos lugares da cidade e nos considerados “espaços perigosos” da urbe em busca de matéria que alimenta os textos dos *fait divers*” (Gomes, 2017, p. 48)

da polícia, pois na sua maioria nada mais são do que **focos de libertinagem**⁴¹. Se recapitularmos de maneira mais objetiva quanto ao fato vivenciado pelo repórter e denunciado pelo jornal, o que houve naquele dia foi uma aglomeração reunida em frente ao local pois a polícia estava levando preso um homem suspeito. Porém, por mais que o fato noticiado tenha se dado somente em frente ao Centro das Flores, sem que houvesse uma clara “participação” que envolvesse a pensão, o jornal, claramente possuidor de pouca simpatia com casas de pensão, como vemos ao fim da matéria, se aproveita do fato para exercer seu papel moralizador, apontando “todas as casas de pensão” como focos de libertinagem, que acompanha seu discurso anterior de saneamento moral que deveria ser aplicado a estes locais, clamando a ação da polícia para contenção dessas pensões.

A finalização da matéria demonstra mais uma vez a utilização de fatos do cotidiano como amostras instrutivas dos locais e sujeitos que não eram pertencentes ao padrões que buscava-se aplicar sob os habitantes da urbe, e como constantemente a sociedade era objeto de uma normatização exaustiva, criada para definir e regulamentar o procedimento e conduta da população, e cabiam à Chefia de Polícia “as ações preventivas e repressivas necessárias para a manutenção da ordem estabelecida e regulamentada” (Pereira, 2000, p. 42), que era habitualmente guiada pelos jornais para agir sob os locais, considerados por eles, como os mais problemáticos.

Essa ação policial é contestada e apreciada a depender dos acontecimentos noticiados. Em 14 de Junho, o jornal A República publicava a seguinte matéria:

Ha dias atras houve grosso sarrilho no Centro das Flores, do qual sahio ferido na cabeça um dos desordeiros. Hontem **lembrou-se o subprefeito do 3º districto de fazer vir á sua presença** o gerente d'aquelle estabelecimento Guilherme Almeida, escoltado por policiaes. Chegado á estação a auctoridade procedeu a rigoroso inquerito e terminou mandando o sêu Guilherme tomar ar na tromba... **A gente vê cousa...**⁴²

A ironia utilizada para tratar sobre o subprefeito, que “lembrou-se” de realizar seu trabalho, é um destaque da notícia, ademais a resolução do fato não parece ter agradado o jornal, ao finalizar a matéria através de pontuações e linguagens como quem incita a impressão de não acreditar que, mais uma vez, não houveram consequências reais sob o local ou seu gerente, da mesma forma que anteriormente tratou o jornal O Pará e a não prisão do suspeito o qual eles claramente possuíam uma antipatia. Essa linguagem irônica, cômica, ressurge e serve diversas vezes para depreciar os sujeitos noticiados, seja o subprefeito, o

⁴¹ O Pará, Edição 002511 / 18 de agosto, Ano 1898.

⁴² A Republica: órgão do clube republicano, Edição 00469. 14 de junho, ano 1900.

gerente do local ou um potencial sujeito criminoso. Em 30 de setembro o mesmo jornal traz mais uma ocorrência no Centro das Flores, na qual esse linguagem vexatória se faz presente em diversos momentos ao tratar sobre uma briga que se deu dessa vez dentro da hospedaria:

Meia hora depois do meio dia, de hontem, houve enorme sarilho na casa denominada Centro das Flores, **promovido por uma mulhersinha de sangue na guelra**, cujo nome já anda nos annaes da policia de Pernambuco e que actualmente assentou os seus arraiaes em Belém.

Muito Sympathico será pronunciar-se o seu nome, porém a sua cara é de **verdadeira heroína da navalha**; chama-se ella - Maria José, e tem um **quartozinho** alugado ali n'aquelle **ponto de desordens**.

Acostumada, como já dissemos, aos grandes sarilhos, metteu-se hontem em luxos e zás.. correu ali o aço que só por um milagre alguem lhe acalmou e conseguiu tirar-lhe a navalha.

Por uma felicidade compareceu a policia que pos tudo em debandada.

A **heroína**, que ficou ferida em diversas partes do corpo, teve de marchar para o *estado-maior de grade* da estação policial, **afim de arrefecer o seu entusiasmo**. Maria José é **conhecida desordeira**, conforme dizem os seus amigos.⁴³

Desde o início da notícia e durante todo seu andamento, a linguagem utilizada para narrar os fatos deixa bem claro a antipatia que o jornal, ou o redator em si, tem para com a “mulhersinha” Maria José e o propósito vexatório dos detalhes que vão sendo utilizados no decorrer da matéria. Não há qualquer tentativa de ser imparcial dentro desse discurso, pois para além do fato, o que tem-se é a complementarização adjetivada para incitar o constrangimento sob Maria, em uma construção da sua imagem através, principalmente, da ironia e do demérito da sua vivência. “Muito sympathico será pronunciar seu nome” “verdadeira heroína”, “acostumada aos grandes sarilhos”, “a heroína” e “conhecida desordeira” não tem outro objetivo senão rebaixar Maria, assim como o local onde vivia: “um quartozinho alugado ali n’aquelle ponto de desordens”. Tem-se nesse discurso não apenas o intuito de noticiar os fatos que se deram, este fica quase que um propósito secundário, mas principalmente a exposição para julgamento moral, que condena não somente o delito, mas também o “tipo” de habitante que Maria representava dentro da cidade, o qual se tornava um exemplo daquilo que deveria ser reprimido e cercado.

No dia anterior, em 29 de setembro, O Jornal parece tratar da mesma mulher, porém o faz de forma mais resumida, sem entretanto deixar de fora a mesma linguagem vista anteriormente

Promovido pela **vagabunda** Maria [ilegível] da Silva, desenrolou-se na madrugada de hontem, na hospedaria denominada Centro das Flores, á rua

⁴³ A Republica: órgão do clube republicano, Edição 00530, 30 de setembro, ano 1900.

Aristides Lobo, um pavoroso sarilho, **que veio mais uma vez provar os prejuízos que causa á ordem publica aquelle antro de libertinagem.**⁴⁴

Em ressonância com o jornal A República nesse caso também persiste o rebaixamento da pessoa cuja denúncia desenvolve a notícia, mas em contrapartida a matéria citada anteriormente, onde o foco se deu sobre o sujeito, nesse caso vemos o foco maior em denunciar o local, o Centro das Flores, como um causador de prejuízos à ordem pública, não sob uma suspeita, mas atestando que o local é um “antro de libertinagem”, totalmente contrário ao discurso moralizador e progressista que buscava-se impor na cidade. Nesse momento político e social, a libertinagem, a vadiagem, eram vistos como desvios de conduta

Completamente incompatível com a visão dos governantes do período, sendo motivo de especial orgulho a eficiência de sua repressão [...] destinada a fazer com que as pessoas por ela atingidas pudessem [...] retornar seu lugar de cidadãos ordeiros e integrados no processo de produção (Pereira, 2000, p. 45).

Os jornais, como já venho discutindo, se colocavam também nesse papel de repressão e disciplinarização, principalmente nesse segundo ponto, através de discursos que, ao atacarem esses sujeitos e locais, buscavam educar a população através do exemplo daquilo que deveria ser evitado a partir das desmoralização que seus discursos construíam sob a imagem pública desses elementos, o rebaixamento e ironização de seus comportamentos e a chamada de atenção para as zonas que deveriam ser corrigidas, cuja conduta de seus habitantes não era compatível com o advento da *Belle Époque* paraense. Paralelamente, o desmerecimento de sujeitos e locais através de uma linguagem irônica e vexatória carregava esse intuito de humilhar e descaracterizá-los da realidade, generalizando comportamentos que resumiam pessoas e locais à construção de um discurso midiático.

A mesma linguagem e, de certa forma, ataque ao Centro das flores acontece novamente em 9 e 12 de outubro, onde, respectivamente, se noticiava nos boletins policiais: "Foi agredido, ante-hontem, á noite, no já celebre antro de desordens conhecido pelo nome de Centro das Flores, o indivíduo Oscar de Carvalho de Oliveira Coutinho"⁴⁵ e

No já celebre covil de desordeiros, que por uma irrisão se chama Centro das Flôres, foram detidos ante hontem, á meia noite, os desordeiros José Guilherme de Almeida e Antonio José Guilherme Almeida, que alli promoviam desordens⁴⁶

⁴⁴ O Jornal, Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP, 29 de setembro, ano 1900.

⁴⁵ O Jornal, Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP, 9 de outubro, ano 1900.

⁴⁶ O Jornal, Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP, 12 de outubro, ano 1900.

Torna-se palpável a incompatibilidade que o jornal vê entre os frequentadores, o Centro das Flores e o projeto que acontecia na cidade de Belém nessa virada de século. O local já carregava um qualificador que acompanhava as notícias sobre o Centro, que para seus redatores se expressava da melhor forma em resumi-lo como o “celebre covil de desordeiros”, ironizando a construção do nome do local “Centro das flores”, que remetido a algo delicado, sutil, que possui elementos que costumam decorar paisagens, não condizia com o que de fato seria o lugar, um covil, remetendo a um refúgio para os tipos mais depreciados de sujeitos da sociedade, na contramão daqueles que buscavam a disciplinarização e a ação moral.

Por fim, após essas consecutivas denúncias atreladas ao periódico O Jornal, tem-se então, 3 dias depois da notícia tratada anteriormente, a primeira parte da matéria a qual decidiram por nomear como “os antros do vício”. A palavra antro carrega consigo uma conotação pejorativa, que tem em seu entendimento o uso quando se trata de lugares que abrigam um conjunto de sujeitos ou ações desprezíveis. A matéria, com intuito de gerar uma denúncia mais abrangente que ganhasse destaque, assim foi feita:

As multiplas preocupações das auctoridades de segurança, retendo-as em pesados labores, tem-n'as distraído da necessaria vigilância sobre certas casas que abundam pela rua Padre Prudencio e travessa Primeiro de Março. [...] Até alta noite é insupportavel a algazarra de toda essa gente, á qual vae juntar-se o concurso barulhento dos visitantes, com os cerebros cheios dos vapores do vinho. Ahí perto, á rua Aristides Lobo, o Centro das Flôres já está celebrado pelos ardorosos disturbios e immoralidades patenteadas, de que é theatro cada noite⁴⁷

Percebe-se o uso de palavras mais amenas ao tratar sobre a atividade policial e, diferente de matérias anteriores, se faz uma crítica mais indireta e sutil quanto a uma possível ineficiência, atentando para o fato de que a vigilância dessa zona apontada pelo jornal deveria estar nas prioridades quando se tratava sob a segurança da cidade. A matéria aborda a culminância das muitas denúncias citadas até então neste trabalho, onde após tantos fatos relatados, chegou-se a um ponto onde, para esses redatores, os esforços policiais, por mais que ocupados em prestar seus serviços a outros problemas da cidade, deveriam voltar-se para esses “antros” de libertinagem, desordens e consumos de bebidas que a tanto eram recorrentes no jornal. A matéria se exemplifica como mais uma atitude comum da construção desses periódicos de almejar ditar a modulação da urbe, de encaminhar cada um para sua devida “tarefa”. Para os que deviam reprimi-la, apontam o local correto para o qual deveriam direcionar seus esforços, e para quem estava naquele local, o título da matéria já deixa claro

⁴⁷ O Jornal. 15 de outubro de 1900. Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

que são considerados parte de uma reunião de males que afetavam negativamente a cidade. Ganha destaque ao fim da matéria, mais uma vez, o Centro das Flores, já celebrizado pelos “ardosos distúrbios e imoralidades”. Demonstrando que o local construiu sua relevância ao longo desses anos, por mais que de uma forma pejorativa.

A escolha por acompanhar o Centro surgiu do fato de que pude captar, a partir da recorrência dos fatos expostos sobre ele nos jornais que circulavam na cidade, esses indicativos dos conflitos de classe e ideais, envolvendo questões tanto morais quanto de repressão de contravenções inseridas dentro daquilo que era entendido e taxado como vadiagem e outras contravenções, que atravessavam Belém durante a sua *Belle Époque*. A constante vigilância e a tentativa de controle sobre o local e seus frequentadores representam, ao meu ver, o esforço de afirmação da modernidade⁴⁸ que os dirigentes e pessoas de classe mais alta buscavam impor sobre o cenário urbano de Belém. Prevenir, fiscalizar, regular, ordenar significava possuir controle sobre o espaço urbano e seus pertencentes, e os jornais se inseriram nesse campo de batalha pelos ideais de um projeto social elitizante, que colocava o espaço urbano como pertencente a moral, exigindo vigilância e controle não só por parte de autoridades como a polícia, como também da própria população sobre si mesma. A cidade deveria, em tese, refletir os ideais de progresso e civilização, da moral e bons costumes, mas a leitura desses jornais a partir de um olhar problematizador acaba expondo as contradições presentes nesse espaço urbano, entre seus habitantes e autoridades.

O Centro das Flores deixa de ser mencionado nos jornais para além das notícias aqui trabalhadas, e até onde foi possível alcançar com esta pesquisa, não se sabe qual seu fim. Em 1916 Julio Lobato lança “Notas de um reporter : a vida dum reporter – reportagens nos hotéis e padarias de Belém”. Se seguirmos o mesmo perímetro tratado nas matérias e o número dado nos jornais para o Centro das Flores (nº67) o mais próximo que têm-se é que “A rua Aristides Lobo, nº 64, esquina da travessa 1º de março, há um prédio, sobradado, em completa ruína”⁴⁹. Não podemos ter certeza que se tratava do mesmo prédio, mas análises posteriores de outras documentações poderiam esclarecer o que houve com essa hospedaria. Porém, a proposta e os limites desta pesquisa residem até o final dos anos 1900.

⁴⁸ Discussão trazida por Luiza Amador, que a isso chama de “paradigma republicano”, em *Vergonhosas Saturnais*, 2022, p.31

⁴⁹ Notas de um reporter : a vida dum reporter – reportagens nos hotéis e padarias de Belém / Julio Lobato, p. 37. Site de Obras Raras do CENTUR.

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

(continua)

| JORNAL | DATA | NOTÍCIA |
|--|----------------------|--|
| O binóculo: Periodico Litterario, critico, noticioso (Edição 00095 hemeroteca digital) | 10 de julho de 1898 | A Cecilia, amiga da sympathica Porfíria, está hospedada no Centro das Flores |
| O Pará edição 00211 hemeroteca digital) | 18 de agosto de 1898 | "Hontem ás 11 horas e 40 minutos da manhã, notava-se grande agglomeração de povo em frente á casa de pensão denominada Centro das Flores, á rua Aristides Lobo, entre primeiro de Março e 15 de Agosto. Passando no bond um dos nossos reporters procurou syndicar do que havia. Soube, então, que a policia tratava de prender a Eduardo de tal que, em tempos, fôra empregado de José Antogipy e sobre quem recahem suspeitas do roubo, ultimamente soffrido por este senhor e que já noticiamos. Infelizmente não foi realizada a prisão de Eduardo, o que, de certo, levaria a polícia á sérias averiguações sobre o facto" "Todas as casas de pensão que tal nome aqui tem, é de justiça dizer que reclamam sérias providencias por parte da policia, pois na sua maioria nada mais são do que focos de libertinagem" |
| O Pará (edição 00328 hemeroteca digital) | 2 de janeiro de 1899 | O Sr. Desembargador chefe de segurança tomou há tempos uma medida que julgamos acertada, determinando que os bailes públicos terminassem á uma hora da noite. Essa medida tem sido escrupulosamente observada. Ante-hontem, porém, houve bailes nos hoteis Chat-noir, high-life e Centro das Flores, tendo o proprietário do Chat-Noir stado intimado a terminal-o á hora ap-zada. Consta-nos, porém, que nos outros hotéis não aconteceu tal, dando isso logar a que os proprietários do primeiro fossem os únicos prejudicados. Não pretendemos aqui censurar a auctoridade policial; relatamos o facto para que a policia tenha occasião de defender-se, não deixando que se possa suspeitas de sua parcialidade |
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00024 hemeroteca digital) | 19 de março de 1899 | Baile público no centro das flores |

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

(continuação)

| JORNAL | DATA | NOTÍCIA |
|---|------------------------|--|
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00057 hemeroteca digital) | 22 de abril de 1899 | Preso o garçom do Centro das Flores, que andava montado num formidável ganso |
| O Pará (edição 00487 hemeroteca digital) | 16 de julho de 1899 | Tambem pedem a nossa interferencia para o facto de não poderem as familias que moram nas casas em frente ao café Centro das Flores, á rua Aristides Lobo, chegar ás janellas, pois o tal café tem as portas completamente abertas de maneira que da rua encher-se até os fundos da casa, onde as cousas não se passam como a moral ordena. Bastava o proprietario collocasse uma meia porta, como se usa n'esses estabelecimentos, afim de evitar a justa reclamação da visinhança e do publico que por ali passa. |
| O Pará (edição 00488 hemeroteca digital) | 20 de julho de 1899 | "Intimações acertadas". O sr. capitão Garrocho de Brito, subprefeito da 3ª circumscrição policial, tomando em consideração o que hontem dissemos em relação ao café Centro das Flores, intimou aos proprietarios do mesmo e também do Café do Norte a collocarem meias portas nos seus estabelecimentos afim de não serem devassados, como são, até o interior. |
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00221 hemeroteca digital) | 20 de novembro de 1899 | <p>“Escândalo. Os gatunos agem affrontosamente. Os <i>batedores de carteira</i>... operam na estação policial.”</p> <p>Como sabe o publico, a imprensa independente d’esta terra denunciou, rodeado de provas, o facto altamente criminoso praticado por batedores de carteira, que, pela inercia da policia teem operado e continuam a fazel-o, porque não veem na nossa policia energia, bôa vontade, circumspeção para diligencias, que si se procedessem com o tino preciso, haviam de produzir os efeitos precisos, necessarios, conducentes ao fim que visavam.</p> <p>A nossa policia, é triste dizel-o, mas não se amolda pelas normas das verdadeiras comprehensões, porque obedece a sugestões, não é livre, n’um paiz livre, que proclama a liberdade como uma das conquistas da forma de governo sob que vivemos, é dubia, é fraca, é pusilanime.</p> <p>E para proval-o vamos, com a devida reserva, noticiar um facto que evidencia a mais não poder esta pusilanidade, que fraqueza d’aquelles a quem está confiada a nossa tranquillidade, a nossa garantia pessoal.</p> |

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

| (continuação) | | |
|--|-------------------------------|---|
| JORNAL | DATA | NOTÍCIA |
| <p>A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00221 hemeroteca digital)</p> | <p>20 de novembro de 1899</p> | <p>Esse facto assume as proporções de um escandalo administrativo, e tanto mais quando se procura acobertar um funcionario publico que é SOCIO COMMANDITARIO DE UMA CASA COMMERCIAL COMO O CENTRO DAS FLORES!!!</p> <p>Queremos referirnos ao processo intentado contra–Joaquim Guimarês, funcionario da Intendencia, que foi preso como batedor de carteira no arrayal, e que anda alardeando que o <i>coronel comandante superior do corpo de bombeiros (sicarios) municipaes, já prometeu não ser elle demittido, aconteça o que acontecer.</i></p> <p>E tanto isto é mais para crer-se quando sabe-se que os inqueritos policiaes, precedidos sob a circumspecta inquirição de uma auctoridade correta, desapareceram, depois de entregues ao escrivão conclusos ao chefe de segurança.</p> <p>E esse escrivão que é <i>lemista</i> de papo amarello teve o desplante de dirigir, sabemol-o de fonte limpa, ao dr. chefe de segurança um requerimento em que communicava o facto deprimente, procurando pôr-se a salvo da responsabilidade que por tal facto a elle e só a elle cabe!</p> <p>Quem não vê nisto o dedo do <i>senhor</i> gigante d’esta cidade que faz tudo quanto quer, que manda armar o seu batalhão municipal, e que já prometeu ao batedor de carteira, seu empregado, não ser demittido, como já o disse a pessoas insuspeitas e em presença de um dos nossos reporters?!</p> <p>Bem avisado andavamos quando dissemos que essa horda de bandidos tinha a protecção do <i>senhor feudal</i> d’esta cidade, do aventureiro que chegou a esta terra como simples commissario da armada!</p> <p>Para este facto altamente deponente dos creditos da nossa policia, dos nossos ereditos como povo civilisado, que vivemos sob o regimen do mais puro dos sinceros ideáes, reclamamos providencias, explicações sérias, como satisfação a sociedade aos brios d’aquelles a quem estão entregues a nossa segurança, a nossa vida e propriedade.</p> <p>Fazer desaparecer o inquerito procedido a respeito de um dos maiores, dos mais ostensivos crimes que se commettem n’esta terra, sem uma coerção, sem um correctivo, é o maior attestado da inepecia, da incompetencia d’aquelles a quem se confiou a guarda da nossa propriedade, do nosso socego, do nosso bem estar.</p> |

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

| (continuação) | | |
|--|-------------------------------|--|
| JORNAL | DATA | NOTÍCIA |
| <p>A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00222 hemeroteca digital)</p> | <p>22 de novembro de 1899</p> | <p>“Escândalo. Os gatunos agem affrontosamente. Os <i>batedores de carteira</i>... operam na estação policial.”</p> <p>Firmes no posto que a consciencia do cumprimento de um grande dever, serio, nobilitante, nos dita até o fim, voltamos ao objecto que constituiu o assumpto do nosso artigo de hontem – o desaparecimento o furto ou extravio proposital, para fazer escapar a acção da justiça um desses membros da sociedade que lhe são nocivos, que a ultrajam, que a velipendiam – dos inqueritos policiaes, precedidos sob a circumspecta inquirição de uma auctoridade séria, muito proba e deligente.</p> <p>Quando dissemos que isto se fez para fazer escapar a acção da justiça um desses miseraveis gatunos – batedor de carteira – preso em flagrante no arrayal de Nazareth, durante a festa a que ali se procedia tivemos razão de sobra, estribamonos em um facto que por ser unico é sufficiente, é por demais bastante para conduzir a uma tal conjectura, cuja realidade não será, nem é para nós, nada para extranhar pela sua determinante, conducente a mais triste, vergonhosa e hedionda das verdades.</p> <p>E assim effectivamente o será; o desaparecimento proposital ou o furto, como quer que seja, dos inqueritos policiaes a respeito do facto delictuoso e provado de que era principal accusado e unico auctor, de facto e de direito, Joaquim Guimarães, <i>funcionario da intendencia desta capital e SOCIO COMMANDITARIO DO HOTEL – CENTRO DAS FLORES</i> – á rua Aristides Lobo, não quer significar outra cousa mais do que o que previmos, que pelo facto de pertencer aquelle batedor de carteira á familia municipal do sr. coronel intendente, lançariam mão de todos os meios, ainda os mais indignos, para pol-o fóra da acção da justiça, muito embora com o sacrificio dos creditos, com o rebaixamento dos brios da nossa policia, que é apontada de ha muito como fraca, inepta, incapaz para os commentimentos superiores na averiguação, na busca, na investigação de factos conducentes ao descobrimento da verdade a respeito dos constantes e por vezes grandes delictos que se commettem n’esta capital, e que se reproduzem pela impunidade dos de identica natureza.[...]</p> |

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

| (conclusão) | | |
|---|------------------------|---|
| JORNAL | DATA | NOTÍCIA |
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00222 hemeroteca digital) | 22 de novembro de 1899 | <p>“O caso do Guimarães”</p> <p>[...] Todo o publica sabe que Guimarães não obstante ser empregado da municipalidade, tem uma casa de pensão com o nome de Centro das Flores, d’onde recebe alugueis de quartos onde moram meretrizes, que repartem com elle o producto de seus meios de vida, tornando-se elle assim uma especie de <i>câften</i>, correcto e argumentado.</p> <p>[...]</p> <p>[partes da matéria são inelegíveis]</p> |
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00223 hemeroteca digital) | 23 de novembro de 1899 | <p>“Escândalo. Os gatunos agem affrontosamente”</p> <p>Os batedores de carteira operam na Estação policial. Não foi de balde que verberamos na altura do atentado, do delicto que se dizia ter sido commettido na propria Estação policial—o facto do desaparecimento dos inqueritos policiaes precedidos á respeito dos <i>batedores de carteira</i>, que durante a festa de Nazareth operaram ostensivamente no respectivo arrayal.</p> <p>Justa era a causa que defendemos—porque era a causa da Justiça, da Lei, da moralidade politica-social-administrativa.</p> <p>Nem poderia ser outra a nossa posição em face de uma tão grave occurrencia, que ligada a antecedentes conhecidos, a expedientes já muito calvos, levava o espirito a crença de que o desaparecimento de peças processuaes sobre um facto delictuoso grave, era o meio conducente escolhido para arrancar a condemnação, de todo o ponto merecida e justa a Joaquim Guimarães que, ninguém n’esta terra ignora é funcionario municipal—o que quer dizer vive á sombra protectora do chefe do municipio e tanto assim que apezar de ja ter sido preso e processado mais de uma vez, exerce um cargo publico, e no pleno exercicio d’elle tinha como tem parte activa e directa n’uma casa comercial como o <i>Centro das Flores</i>.</p> <p>E tão acertados andamos na prevenção do fim que visava o desaparecimento ou furto dos inqueritos procedidos com relação aos <i>batedores de carteira</i>, que hontem por um acaso foram encontrados na chefatura de segurança, dentro de um livro de protocollo, occulto como um objecto infinitamente pequeno, por que si não fora isso, certo, que teriam sido antes encontrado, achando-se, como o foi, dentro de um livro que serve diariamente, os inqueritos desaparecidos.</p> |

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

(continuação)

| JORNAL | DATA | NOTÍCIA |
|---|------------------------|---|
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00223 hemeroteca digital) | 23 de novembro de 1899 | Estamos convictos de que se não fora a nossa attitude diante de tão espantoso facto, não teriam os <i>fugitivos</i> inqueritos voltado nunca mais ao logar donde <i>desappareceram</i> misteriosamente. Esperamos, entretanto, ver si não mudam outro vez de pouso ou si não se operam maior prodigio... |
| O Pará (edição 00682 hemeroteca digital) | 13 de março de 1900 | "Serviço Sanitário Municipal" realizado por Clemente Soares. "O mesmo dr. delegado sanitário encontrou em boas condições [...] restaurante n. 67, Centro das Flores". |
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00469 hemeroteca digital) | 14 de junho de 1900 | Ha dias atras houve grosso sarrilho no Centro das Flores, do qual sahio ferido na cabeça um dos desordeiros. Hontem lembrou-se o subprefeito do 3º districto de fazer vir á sua presença o gerente d'aquelle estabelecimento Guilherme Almeida, escoltado por policiaes. Chegado á estação a auctoridade procedeu a rigoroso inquerito e terminou mandando o seu Guilherme tomar ar na tromba... A gente vê cousa... |
| A Republica: órgão do clube republicano (Edição 00530 hemeroteca digital) | 30 de setembro de 1900 | Meia hora depois do meio dia, de hontem, houve enorme sarilho na casa denominada Centro das Flores, promovido por uma mulhersinha de sangue na guelra, cujo nome já anda nos annaes da polica de Pernambuco e que actualmente assentou os seus arraiaes em Belém. Muito Sympathico será pronunciar-se o seu nome, porém a sua cara é de verdadeira heroína da navalha; chama-se ella - Maria José, e tem um quartozinho alugado ali n'aquelle ponto de desordens. Acostumada, como já dissemos, aos grandes sarilhos, mettu-se hontem em luxos e zás.. correu ali o aço que só por um milagre alguém lhe acalmou e conseguiu tirar-lhe a navalha. Por uma felicidade compareceu a policia que por tudo em debandada. A heroína, que ficou ferida em diversas partes do corpo, teve de marchar para o estado-maior de grade da estação policial, afim de arrefecer o seu entusiasmo. Maria José é conhecida desordeira, conforme dizem os seus amigos. |
| O Jornal (Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP) | 29 de setembro de 1900 | Boletim Policial; "Promovido pela vagabunda Maria .. da Silva, desenrolou-se na madrugada de hontem, na hospedaria denominada Centro das Flores, á rua Aristides Lobo, um pavoroso sarilho, que veio mais uma vez provar os prejuizos que causa á ordem publica aquella antro de libertinagem" |

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

(continuação)

| JORNAL | DATA | NOTÍCIA |
|---|-----------------------|--|
| O Jornal (Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP) | 9 de outubro de 1900 | Boletim Policial; "Foi agredido , ante-hontem, á noite, no já celebre antro de desordens conhecido pelo nome de Centro das Flores, o individuo Oscar de Carvalho de Oliveira Coutinho" |
| O Jornal (Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP) | 12 de outubro de 1900 | Boletim Policial;"No já celebre covil de desordeiros, que por uma irrisão se chama Centro das Flôres, foram detidos ante hontem, á meia noite, os desordeiros José Guilherme de Almeida e Antonio José Guilherme Almeida, que alli promoviam desordens" |
| O Jornal (Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP) | 15 de outubro de 1900 | Os antros do vício; "As multiplas preocupações das auctoridades de seguraça, retendoras em pesados labores, tem nos distrahido da necessaria vigilancia sobre certas casas que abundam pela rua Padre Prudencio e travessa Primeiro de Março. E a tranquilidade em que vivem as inquilinas de taes casas é propricia para a expansão de seus instinctos de espectacular exhibição [...] Até alta noite é insupportavel a algazarra de toda essa gente, á qual vae juntar-se o concurso barulhento dos visitantes, com os cerebros cheios dos vapores do vinho. Ahí perto, á rua Aristides Lobo, o Centro das Flôres já está celebrisado pelos ardorosos disturbios e immoralidades patenteadas, de que é teatro cada noite" |
| A Província do Pará (A província do Pará, olo agosto-outubro, 1900, BPAV/FCP) | 18 de outubro de 1900 | Notícias; "A polícia precisa voltar as suas vistas para a vida de desbragamentos que está levando o quarteirão da tua Trindade que confina com o largo de Sant'anna. Aquillo está ficando peor do que a mais immunda viela do Rio, verbi gratia São Jorge ou Sete de Setembro. Uma algazarra do mulherio de vida fácil, um descaramento no gesto e na phrase, uma descompostura em tudo, finalmente: é uma vergolheira que alli se ostenta, n'essa rua central da cidade. Há ruas retiradas onde essa indústria, embora vigiada, pode ser exercida com a liberdade compatível com o decoro. Não precisamos ir a Europa buscar exemplos de como alli se pratica n'esse assumpto. Basta que cheguemos a Montevideo ou Buenos-Aires, onde a mulher de vida fácil está sujeita a certas exigências da auctoridade policial, e uma d'estas é a moradia em local que por ellas pode ser frequentado. |

Tabela 1 - Matérias relacionadas ao Centro das Flores, organizada conforme a data de publicação dos jornais

| | | | (conclusão) |
|---|-----------------------|--|-------------|
| JORNAL | DATA | NOTÍCIA | |
| A Província do Pará (A província do Pará, olo agosto-outubro, 1900, BPAV/FCP) | 18 de outubro de 1900 | Se assim vamos n'essa licença perniciososa que para ahi está gozando a prostituição declarada, d'aqui a pouco cada rua é uma Polonia obscena. Precisa pois a policia pôr cubro a taes desmandos. Há muitas ruas que não prejudicam os nossos créditos de moralidade se fôrem aproveitadas para a industria d'essas infelizes” | |
| O Jornal (Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP) | 19 de outubro de 1900 | Os antros do vício; “Esta campanha de moralisação iniciada pel'O Jornal, contra o descaramento dos alcoices, tem merecido sympathica repercussão na imprensa de Belém. Ainda hontem A Província do Pará veio juntar o seu clamor á nossa voz. [...] As exterioridades podem exhibir-se revestidas de certo luxo, - mas o ar de viscosa provocação, de completo desrespeito á moral, é identico e a opnião publica exige um paradeiro a esta situação lamentavel” | |
| O Jornal (Jornais Diversos, Rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP) | 4 de novembro de 1900 | Os antros do vício; “Toda a travessa Primeiro de Março e a rua Manoel Barata nas proximidades do largo de Sant'Anna reclamam a energia de uma auctoridade policial que se resolva um dia a implantar alli a [imo]ralidade. Mas o ponto da cidade onde há mais urgente necessidade de uma repressão de ferra é a propria praça da Republica, entre o Café Madrid e a Rotisserie Suisse. Ha por alli alcoices dissimulados com o titulo de casa de pensão e as inquilinas, animadas pela generosidade que n'esta terra campeia irrefreada, atiram-se á porta e ás janelas em trages singellos, menos singellos, entretanto, do que o reles palavreado com que dialogam [...]Há porém outros viciosos sociais que cumpre a imprensa denunciar, quando não para sua eliminação, por que ella sozinha a tanto não pode, mas para precaução das classes ordeiras, ameaçadas em seu bem estar e quiça na própria vida. [partes da matéria são inelegíveis] | |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento político, econômico e social experimentado pelos habitantes da cidade de Belém nessa virada de século XIX proporcionou um segmento de mudanças nunca antes experimentado na região. Para as pessoas das classes média e alta que ascenderam com o lucro das exportações do mercado seringueiro ou aqueles que já vinham construindo suas fortunas desde os tempos coloniais, tornou-se necessário a adoção de estratégias para reafirmar seu status civil e financeiro de superioridade enquanto se envolviam e influenciavam nas mudanças urbanas e sociais para atestar essa hierarquização social através de elementos físicos e discursos que apontavam a inferioridade do outro quando comparado suas ações dentro do espaço urbano, exposto nos jornais. Analisar o núcleo que foi o Centro das Flores para entender um pouco dessa realidade é um exercício que, ao meu ver, esclarece pontos importantes da construção desse discurso de distinção e hierarquização social que se baseava na regularização do comportamento através de uma padronização muito pautada em elementos de comparação com aquilo que seria civilizado, disciplinado e moralmente correto.

A construção da problemática envolvendo o Centro das Flores parte do entendimento de que os jornais, como fonte historiográfica, para além de possibilitarem o acesso aos relatos de acontecimentos de sua época, dizem além da notícia quando problematizamos seus silêncios e a sua construção. Nenhuma escrita é feita sem carregar as opiniões e princípios de quem a faz, e por isso mesmo considero que a escrita dos jornais dizem muito mais do que somente a divulgação sobre fatos ocorridos. Não somente as notícias envolvendo o Centro das Flores como muitas outras com as quais me deparei no exercício da pesquisa demonstram aquilo que foi minha pretensão de discutir neste trabalho, porém, a escolha de centralizar essas análises em um só local possibilitou percorrer um caminho mais inteligível, onde é possível perceber através da repetição de discursos com estruturas semelhantes nas ocorrências noticiadas que houve um propósito de sensacionalismo na construção das narrativas que envolviam esse lugar em específico, que traziam em si pouco conteúdo e muitas suposições, escolhas essas feitas para atingir e degradar indiretamente quaisquer comportamentos semelhantes em outros locais da cidade.

É importante, e necessário, entender a construção dessa cidade para além do discurso inicial de embelezamento e aprimoramento do espaço urbano. Por mais que se trate de fatos ocorridos em uma virada de século anterior ao nosso, não é difícil perceber elementos dessa construção que afetam e se fazem presentes no cotidiano do tempo presente, nesses mesmos tipos de mídia com enfoque em locais e populações específicas da cidade. Os ataques

constantes ao Centro das Flores construíram um discurso marcado pelo silenciamento e pela disciplinarização exemplar a partir daquilo que era considerado inferior, impróprio, ao desnaturalizar a imagem daquelas pessoas e locais e torná-los marginais dos habitantes ideais, que deveriam ser os que poderiam exercer sua sociabilidade dentro desse novo ambiente urbanizado. A exclusão, a partir dessa dicotomia entre os certos e errados, se construiu a partir da escolha de elementos da vida cotidiana que eram marcados como opostos do padrão de vida elitista. Beber, festejar, praticar atividades sexuais se encontram na balança entre o civil e o bárbaro. A elite certamente praticava os mesmos atos, mas dentro dos padrões importados, o que portanto os tornavam somente homens modernos, por que o objetivo nunca foi acabar com essas práticas, mas sim excluir socialmente aqueles que a praticavam de forma que não fosse controlada por eles.

Por mais que grande parte das notícias se deem através de conflitos gerados por um desencontro de ideias de frequentadores do Centro, é entendível que lá se dava o lazer de muitas pessoas. A oferta de bailes, de bebidas, do serviço de hospedaria e alimentação demonstra que ali foi um local propenso a uma grande circulação de pessoas para os mais diversos objetivos que fossem de aproveitar um momento livre para socializar e se permitir, um momento sem grandes responsabilidades que envolvessem trabalhos e negócios. É o fato de não haver geração de utilidades para a urbe, de lucro e ganhos para essa elite, que causa, ao meu ver, o desconforto e a revolta que envolve tantos casos que aqui foram citados. O trabalho, supervalorizado a partir do advento da República, baseado em um discurso sobre uma dívida eterna que haveria de ser paga através do esforço que retribuísse algo ao Estado e se tornasse útil para os cidadãos como um todo é o que perpetuava o conflito com a ideia de que o lazer não se restringe somente para as classes altas.

Essa atmosfera - de agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e auto desordem, fantasmas na rua e na alma - é a atmosfera que dá origem a sensibilidade moderna (Berman, 2007, p. 17).

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio F. **A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República**. Justiça e História. Porto Alegre: v. 3, n. 6, 2003.
- AMADOR, Luiza Helena Miranda. **“Vergonhosas Saturnais”**: a experiência prostibular em Belém do Pará (1900-1945). 2022.
- A PROVÍNCIA do Pará. Belém, 18 de outubro de 1900. Microfilme **A Província do Pará**, rolo agosto-outubro, 1900. BPAV/FCP.
- A REPÚBLICA**: órgão do clube republicano. Belém, 19 de março de 1899. Hemeroteca digital, edição 00024.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Editora Companhia das Letras, 2007.
- COIMBRA, Adriana Modesto. **A cidade concedida**: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX. *Conhecimento histórico e diálogo social*, p. 17, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Editora da UNICAMP, 2001.
- DA COSTA, Ana Carolina Silva; DE OLIVEIRA ARGUELHES, Delmo. **A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX**. *Universitas Humanas* (encerrada), v. 5, n. 1, 2008.
- DE NAZARÉ SARGES, Maria. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Paka-Tatu, 2002.
- DE MATOS, Patrícia Ferraz. **A identidade do crime**: contribuições da medicina e da antropologia física em Portugal (1880–1940). *Revista de História Regional*, v. 29, 2024.
- DE SOUZA, Paula Tainar. **FRANKENSTEIN (1931): TEORIA DA EUGENIA E A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA DO MONSTRO**. 2020.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**: Manaus (1890-1920). Valer Editora, 2023.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. Edusp, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GALEFFI, D.A. **Moralidades**: quando a heterogênese ética se mostra criadora e livre de juízos de valor bipolares. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 271-286. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0015>.

GOMES, João Arnaldo Machado. **Vigiando, divulgando e reprimindo**: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910). 2017.

GONÇALVES, Analuz Marinho. **O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a Belle Époque e seus impactos**. Oficina do Historiador, v. 15, n. 1, p. e37865-e37865, 2022.

LACERDA, Franciane Gama; DE NAZARÉ SARGES, Maria. **De Herodes para Pilatos**: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 38, 2009.

LEIS e resoluções municipais 1898 - Codificadas na administração do senador Antônio José de Lemos. Belém, ano de 1900. Disponível no acervo digital de obras raras da Fundação Cultural do Pará.

LIMA, Roberto Kant de. **Ordem pública e pública desordem**. Anu. Antropol, v. 88, p. 21-44, 1991.

LOBATO, Júlio. **Notas de um reporter** : a vida dum reporter – reportagens nos hotéis e padarias de Belém. Belém, ano de 1916. Disponível no acervo digital de obras raras da Fundação Cultural do Pará.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **A cozinha mestiça**: uma história da alimentação em Belém.(Fins do século XIX a meados do século XX). Tese de Doutorado. Departamento de História da Universidade do Pará, Belém. 2016

O ANJO do Lar. **Asylo Protector da Infância**. Belém, ano de 1898. Microfilme “Jornais Diversos”, rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

O APOLOGISTA cristão. **Eschola de medicina, de enfermeiras e de parteira**. Belém, ano de 1899. Microfilme “Jornais Diversos”, rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

O BINÓCULO: Periódico litterario, crítico, noticioso. Belém, 10 de julho de 1899. Hemeroteca digital, edição 00095.

O JORNAL. **Boletim Policial**. Belém, setembro a novembro do ano de 1900. Microfilme “Jornais Diversos”, rolo JD 143, 1895-1900, BPAV/FCP.

O PARÁ. Belém, 13 de março de 1900. Hemeroteca digital, edição 00682.

PANTOJA, Letícia Souto. **“É Preciso formar a alma!”Periodismo e regeneração social em Belém na belle époque (1890-1910)** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. **DISCURSO BUROCRÁTICO E NORMATIZAÇÃO URBANA E POPULACIONAL EM CURITIBA NO INÍCIO DO SÉC. XX**. Revista de História Regional, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. Editora Paz e Terra, 1985.

RELATÓRIO “1899” Segurança Pública. Pará-Milano: F. Chiatti & C. editores, ano de 1899. Disponível no acervo digital de obras raras da Fundação Cultural do Pará.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. Companhia das Letras, 2020.

SENDAS, Phillippe; SEIXAS, Netília. **Comunicação & História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX**. P. 35. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 1, n. 1, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THOMPSON, E. P. (1991). **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Companhia das letras. 1998

VELHO, Gilberto. **O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social**. Desvio e divergência: uma crítica da patologia social, v. 6, p. 11-28, 1985.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.